

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A PESSOA SURDA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: COMPREENSÕES EM TORNO  
DO TRABALHO DOCENTE

MESTRANDO: JELSON BUDAL SCHMIDT  
PROFESSORA ORIENTADORA: SONIA MARIA RIBEIRO

JOINVILLE - SC  
2018

JELSON BUDAL SCHMIDT

A PESSOA SURDA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: COMPREENSÕES EM TORNO  
DO TRABALHO DOCENTE

Dissertação apresentada ao  
Mestrado em Educação da  
Universidade da Região de Joinville –  
UNIVILLE – como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre em  
Educação, sob orientação da  
Professora Doutora Sonia Maria  
Ribeiro.

JOINVILLE - SC  
2018

## Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

S352p	Schmidt, Jelson Budal A pessoa surda na educação superior: compreensões em torno do trabalho docente/ Jelson Budal Schmidt; orientadora Dra. Sonia Maria Ribeiro. – Joinville: UNIVILLE, 2018.
	109 f. ; 30 cm
	Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade da Região de Joinville)
	1. Surdos - Educação. 2. Ensino superior. 3. Professores universitários. I. Ribeiro, Sonia Maria (orient.). II. Título.
	CDD 371.912

Elaborada por Ana Paula Blaskovski Kuchnir – CRB-14/1401

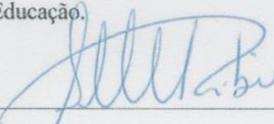
## Termo de Aprovação

### “A Pessoa Surda na Educação Superior: Compreensões em Torno do Trabalho Docente”

por

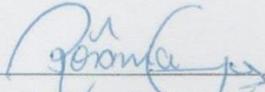
Jelson Budal Schmidt

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Educação.



Prof. Dra. Sonia Maria Ribeiro

Orientadora (UNIVILLE)



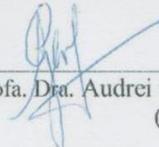
Prof. Dra. Rosânia Campos

Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação

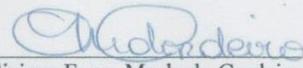
#### Banca Examinadora:



Prof. Dra. Sonia Maria Ribeiro  
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Audrei Gesser  
(UFSC)



Prof. Dra. Aliciene Fusca Machado Cordeiro  
(UNIVILLE)

Joinville, 27 de fevereiro de 2018

## AGRADECIMENTOS

Esta trajetória no mestrado não teria sido possível sem o auxílio de várias pessoas que se esforçaram tanto quanto eu para que o objetivo de concluir esta etapa fosse alcançado e são estas pessoas que eu quero lembrar aqui neste momento, pois o sonho é meu, mas foram vocês que me auxiliaram neste caminho.

Agradeço a Deus por me proporcionar saúde e fé para que eu conseguisse continuar nos momentos em que pensei que não seria possível, e momentos como este não foram poucos.

A meus pais que mesmo com dúvidas sobre o que exatamente significa cursar um mestrado me apoiaram desde o começo, quando optei por aproveitar que estava sendo desligado do meu então emprego e fui cursar o mestrado que tanto queria, me incentivando sempre. Aos integrantes da minha família também por sempre estarem preocupados comigo perguntando como estava o mestrado, querendo saber se eu estava bem.

Aos colegas de mestrado que me ajudaram, compartilhando dos momentos mais importantes, especialmente à Priscila que foi, sem dúvida, uma grata surpresa nesta jornada.

Às professoras da banca, Aliciene e Audrei, por estarem dispostas a participar deste momento comigo e por contribuir de forma tão generosa na qualificação e na defesa. Professora Aliciene que me acompanhou nestes dois anos de mestrado e contribuiu imensamente na minha carreira docente e pessoalmente também, bem como as demais docentes do curso que me fizeram desconstruir muito do que eu acreditava e me fazer crítico, pelas provocações que me fizeram menos ingênuo e por acreditar que eu poderia chegar aqui.

Professora Audrei Gesser minha gratidão por fazer parte da minha pesquisa, desde as primeiras linhas do projeto à banca de defesa. Sinto-me privilegiado por contar com suas valiosas contribuições uma vez que suas obras são referências na minha formação.

Sem orientação eu não teria conseguido me desenvolver nesta trajetória. Por isso agradeço imensamente a Professora Sonia Maria Ribeiro, principalmente por apoiar e valorizar a ideia de pesquisar sobre surdos e utilizar Libras nesta

caminhada. Obrigado também por me mostrar os caminhos, por mais tortuosos que fossem, pois me fez vibrar em cada conquista por saber que eu havia aprendido com aquilo.

Meus agradecimentos a Joarez Kruger, companheiro de todas as horas, por entender minhas ausências e frustrações, anseios e desesperos, por seu tempo e dedicação, foi muito importante ter você comigo nesta jornada!

Agradeço demais aos estudantes, docentes e intérpretes que fizeram com que minha pesquisa fosse a frente. Sem vocês, suas contribuições, paciência e tempo para me atender eu não teria este trabalho. Agradeço profundamente mesmo.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal compreender como ocorre o trabalho docente com a inserção do estudante surdo no ensino superior no município de Joinville-SC. E tem como abordagem epistemológica o materialismo histórico-cultural, culminando em uma pesquisa qualitativa inspirada na análise de conteúdo (BARDIN, 2011; FRANCO, 2012). Para obtenção dos dados foram aplicados questionários a dez docentes ouvintes, e entrevistas com três estudantes surdos e duas intérpretes. O aporte teórico desta pesquisa pauta-se em: Minayo (2015), André (2012), Vigotski (2014), Quadros (2007, 1997, 2015), Tardif (2014), Roldão (2005, 2008), Gesser (2008, 2009), Skliar (1995, 2015), Perlin (2015), Fernandes (2006), Strobel (2016) entre outros. Os resultados encontrados no que se refere às instituições de ensino superior e o auxílio ao docente na inclusão do estudante surdo neste espaço é que apresentam-se ações pontuais em relação a inclusão do estudante surdo além de apoio de psicopedagoga, este sendo realizado em outro espaço que não a sala de aula. Em relação ao intérprete de Libras, fica claro que a função deste profissional vai para além de uma simples interpretação. Por vezes o intérprete acaba executando a função do professor e por não ter respaldo aceita exercer tal função. Em relação ao trabalho docente, alguns pontos são de conhecimento da maioria dos professores, como o fato da escrita do surdo ser diferente, conforme abordado nos questionários devolvidos. Acredita-se que esteja claro aos docentes que por se tratar de línguas diferentes, as especificidades da língua materna do surdo sejam levadas em consideração. Considera-se pertinente aulas mais visuais para atender as necessidades do estudante surdo. Fica evidente que a troca com outros profissionais envolvidos com a mesma situação educacional contribui para um desenvolvimento acadêmico pleno, bem como colocar-se no lugar do outro para compreender a situação que o acadêmico experimenta cotidianamente. Diante da pesquisa realizada percebe-se que existem duas frentes de trabalho, e acredita-se que estas sejam permanentes: uma diz respeito ao trabalho realizado em relação ao surdo nos níveis de ensino, principalmente no ensino superior, seja reivindicando o cumprimento da legislação ou implementando novas leis que contribuam para o contínuo desenvolvimento deste sujeito. Outra frente diz respeito, ainda, sobre a conscientização da comunidade ouvinte sobre o que é Libras e quem é o sujeito surdo. Dois dos estudantes desta pesquisa conseguem oralizar e não frequentaram escola bilíngue e relataram desafios que provocam reflexão e empatia. O esforço em entender o que o professor fala, conseguir compreender a linha de raciocínio do docente, ter de lidar com conversas paralelas que confundem o estudante surdo, são exemplos destes desafios. O que implica em investir mais tempo em estudos, além do que convencionalmente é feito por parte do acadêmicos. Contemplando o objetivo geral desta pesquisa, entende-se que o trabalho docente apresenta-se de maneira multifacetada, pois viu-se que este recebe contribuições de diversos atores que fazem com que seja possível ao surdo frequentar e, de fato, vivenciar o universo acadêmico, não como vítima que está inserido em sala de aula, mas sim como personagem principal de sua história, experimentando cada etapa desta trajetória.

Palavras-chave: Trabalho docente. Ensino superior. Surdo.

## ABSTRACT

This research has the main objective to understand how the teaching work occurs with the insertion of the deaf student in higher education in the city of Joinville-SC. This research has as epistemological approach historical-cultural materialism, culminating in a qualitative research inspired by content analysis (Bardin, 2011) and Franco (2012). To obtain the data, questionnaires were applied to teachers and interviews with deaf students and their interpreters. The theoretical contribution of this research is based on: Minayo (2015), André (2012), Vigotski (2014), Quadros (2007, 1997, 2015), Tardif (2014), Roldão (2009), Skliar (1995, 2015), Perlin (2015), Fernandes (2006), Strobel (2016) and others. The results found regarding the institutions of higher education and the aid to the teacher in the inclusion of the deaf student in this space is that they present specific actions regarding the inclusion of the deaf student besides support of psychopedagogue, this being carried out in another space than the classroom. In relation to the interpreter of Libras, it is clear that the function of this professional goes beyond a simple interpretation. Sometimes the interpreter ends up performing the function of the teacher and because he does not have the support he / she accepts to perform this function. In relation to the teaching work, some points are known by most teachers, such as the fact that the deaf writing is different, as approached in the questionnaires returned. It is believed that it is clear to teachers that because they are different languages the specificities of the mother tongue of the deaf are taken into account. More visual lessons are considered pertinent in order to precede the deaf students' needs. It is evident that the exchange with other professionals involved with the same educational situation contributes to a full academic development, as well as put oneself in the place of the other to understand the situation that the scholar experiences every day. In the face of the research carried out, we realize that we have two work fronts, and it is believed that these are permanent: one is related to the work carried out in relation to the deaf at the levels of education, especially in higher education, whether it is enforcing legislation or implementing new laws that contribute to the continuous development of this subject. Another front also concerns the awareness of the listening community about what Libras is and who the deaf person is. Two of the students of this research are able to attend and do not attend bilingual school, but they have reported other challenges that guarantee reflection and empathy on our part. The effort to understand what the teacher talks about, to be able to understand the teacher's line of reasoning, to have to deal with parallel conversations that, as previously reported, confuse the deaf student, are examples of these challenges. Which implies investing more time in studies, in addition to what is conventionally done by academics. Contemplating the general objective of this research, it is understood that the teaching work presents itself in a multifaceted way, as we have seen that it receives contributions from several actors that make it possible for the deaf to attend and, indeed, to experience the academic universe, not as a poor person who is inserted in the classroom, but rather as the main character of his story, experiencing each stage of this trajectory.

Keywords: Teaching work. Higher education. Deaf.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Levantamento de dados sobre estudantes surdos na ANPEd Nacional .....	17
Quadro 2 – Levantamento de dados sobre estudantes surdos no Scielo .....	18
Quadro 3 - Levantamento de dados sobre estudantes surdos na CAPES.....	18
Quadro 4 – Levantamento de dados sobre estudantes surdos BDTD .....	19
Quadro 5 – Estudantes surdos nas redes de ensino de Joinville-SC.....	37
Quadro 6 – Perfil profissional das intérpretes.....	47
Quadro 7 – Perfil dos estudantes .....	48
Quadro 8 – Perfil dos docentes .....	49

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACAFE** – Associação Catarinense das Fundações Educacionais
- ACE** – Associação Catarinense de Ensino
- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- ANPEd** - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
- BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa
- CNE** - Conselho Nacional de Educação
- CRE** – Central de relacionamento com o estudante
- FGG** – Faculdade Guilherme Guimbala
- GT** – Grupo de Trabalho
- IES** – Instituições de Ensino Superior
- PcD** – Pessoa com Deficiência
- PROEX** - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
- PROINAD** - Educação inclusiva no ensino superior: avanços e desafios
- SCIELO** – Scientific Electronic Library
- TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UDESC** – Universidade do Estado de Santa Catarina
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNIVILLE** – Universidade da Região de Joinville

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>16</b>
1.1 Levantamento de pesquisas relacionadas a esta temática .....	16
1.2 O estudo e sua abordagem epistemológica .....	20
1.3 Instrumentos de pesquisa e geração de dados.....	22
1.4 Procedimento de análise de dados .....	23
1.5 Delineamento da pesquisa .....	25
1.5.1 Contato com instituição pública.....	26
1.5.2 Contato com instituição privada .....	26
1.5.3 Contato com instituição comunitária.....	27
<b>2 EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: entre os discursos políticos e a efetivação na prática .....</b>	<b>29</b>
2.1 O estudante surdo na educação superior: políticas que orientam este acesso.....	34
2.2 O estudante surdo na cidade de Joinville – SC: um cenário a ser desvelado .....	36
2.3 Trabalho docente e suas especificidades com o estudante surdo .....	41
<b>3 DISCUTINDO OS DADOS ENCONTRADOS .....</b>	<b>46</b>
3.1 Conhecendo os participantes da pesquisa.....	46
3.2 A IES e o auxílio ao docente na inclusão do estudante surdo no ensino superior ..	52
3.3 O trabalho docente com a presença do estudante surdo na sala de aula.....	55
3.4 A atuação do intérprete junto aos estudantes surdos .....	62
3.5 Desafios encontrados pelos estudantes surdos a partir de seu ingresso no ensino superior.....	71
<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE I – CARTA DE APRESENTAÇÃO E QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES .....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTE SURDO .....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA INTÉRPRETES.....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE ..</b>	<b>98</b>

<b>ANEXO I – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE .....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO II – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC.....</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

Abordar o processo de constituição desta pesquisa implica abranger aspectos da história de como me aproximei da temática que me proponho a estudar: o trabalho docente com a inserção do estudante surdo na educação superior.

No ano de 1996, tive pela primeira vez contato com a Língua Brasileira de Sinais – Libras, que ainda não era considerada língua, pois este reconhecimento aconteceu somente em 2002<sup>1</sup>. Naquele ano eu estava estudando na quarta série<sup>2</sup> do ensino fundamental, e um dia a professora precisou sair da sala de aula e outra docente veio substituí-la por alguns minutos. Ao se apresentar para a turma a professora explicou que trabalhava com outra forma de comunicação realizada com as mãos e todos na sala ficaram curiosos e perguntaram como era e como funcionava esse modo de se comunicar, e naquele momento ocorreram as primeiras aprendizagens de alguns sinais.

Após esta experiência que havia me intrigado significativamente, despertou-me a curiosidade em querer saber mais sobre esta forma de comunicação. No entanto, fiquei sem ter notícias de cursos a respeito de Língua de Sinais. Dez anos depois, em 2006, quando estava no segundo ano do curso de Educação Física – bacharelado, na Universidade da Região de Joinville – Univille, tomei conhecimento de um curso de Libras que há tanto não ouvia falar, fiz minha inscrição e comecei a frequentar o curso, concluindo-o após oito meses.

Até então, cursos de Libras não eram oferecidos com frequência. Há pouco tempo, no ano de 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC havia aberto o curso de Letras/Libras – Licenciatura a distância, sendo pioneiro no país (UFSC, 2017) e o Exame de Proficiência em Libras - ProLibras, que possibilitava a habilitação de profissionais para atuar com interpretação e ensino de língua de sinais. Apesar da vontade de participar destes cursos não tive condições para tal.

No ano seguinte, em 2007, comecei a estagiar na área da Educação Física no Serviço Social da Indústria – SESI, atuando em várias indústrias de Joinville – Santa

---

<sup>1</sup> Lei sancionada no ano de 2002 e formaliza a Língua Brasileira de Sinais enquanto língua.

<sup>2</sup> Foi utilizado aqui o termo “série” pois era assim referido até aquele momento tornando-se “ano” tempos depois.

Catarina, com ginástica laboral. Esta experiência fez com que eu tivesse contato com muitos surdos, o que me possibilitou praticar Libras cotidianamente.

Finalizei o curso de bacharelado em Educação Física no ano de 2008, apresentando como trabalho de conclusão de curso – TCC, artigo intitulado “Coordenação motora geral para alunos surdos”, sob orientação da Professora Ms. Valeska Iliencko Villela Souto. No ano de 2014 foi a vez de apresentar meu trabalho com o título “A inclusão do escolar surdo no ensino regular”, sob orientação da Professora Ms. Patricia E. F. Magri. No período entre uma e outra cursei uma pós graduação *stricto sensu* em Libras, a qual foi concluída em 2011. Como é possível verificar tanto na licenciatura quanto no bacharelado em Educação Física desenvolvi os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC’s com temática voltada a Libras e a pessoa surda<sup>3</sup>, o que me aproximou cada vez mais deste público e sua cultura.

Desde que ingressei no ensino superior engajei-me em projetos de extensão voltados à pessoas com deficiência, participando do projeto Mãe D’água e Projeto de Desenvolvimento do Esporte Adaptado - Proesa<sup>4</sup>. Neste segundo vivenciei a prática de atividades no meio líquido para pessoas com deficiências físicas e/ ou múltiplas. Como integrante do Proesa pude participar de eventos científicos como o 7º Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada e o 16º Simpósio Internacional de Atividade Física Adaptada, ambos em Rio Claro - SP, no ano de 2007. A participação nestes eventos despertou-me o interesse em investir na minha formação por meio de pesquisas e assim engajar-me ainda mais na área da Educação Especial.

Este desejo fez com que eu buscasse no mestrado uma possibilidade de tornar-me pesquisador, assim para me ambientar com a rotina de estudos, inicialmente cursei duas disciplinas em regime especial no Mestrado em Educação da Univille, no ano de 2013. Esta vivência foi de extrema importância para que eu entendesse as atividades pertinentes ao curso e me preparasse para retornar em outra ocasião.

---

<sup>3</sup> Por compartilhar das ideias de autoras como Gesser (2008), Quadros (1997) e outros que acreditam no surdo enquanto ser cultural e não na surdez enquanto deficiência será trazido no trabalho o termo “surdo” e não “deficiência auditiva” que remete ao estado patológico.

<sup>4</sup> Os projetos Mãe d’água e Proesa fazem parte do Programa Movimentação, da Univille e tem por objetivo efetivar, junto à comunidade, um programa de atividades motoras para grupos especiais (UNIVILLE, 2017).

Ao passar a atuar como docente no ensino superior no ano de 2015, em alguns cursos na área da saúde em duas faculdades da cidade, ministrando a disciplina de Libras, pude perceber que muita informação precisava ser levada à comunidade acadêmica, tanto para professores como para estudantes, em relação as pessoas surdas, o que me fez buscar ainda mais por conhecimento nesta temática.

Lecionar no ensino superior confirmou uma suspeita: há muito o que se pesquisar na temática surdez, o que me faz querer continuar pesquisando e contribuindo para seu crescimento, seja por meio de pesquisas, por transmitir conhecimento para os estudantes da graduação ou mesmo despertando o interesse destes em buscar cursos de Libras para além da disciplina na graduação, para que estes futuros profissionais enxerguem este sujeito sob uma nova ótica, e tenham a preocupação de incluí-los enquanto cidadãos.

Seguindo com o desejo de contribuir com pesquisas voltadas à temática, no ano de 2016 ingressei no Mestrado em Educação<sup>5</sup> na Univille e após contato inicial com minha orientadora consideramos relevante compreender como ocorre o trabalho docente com a inserção do estudante surdo no ensino superior no município de Joinville - SC, sendo este o objetivo desta pesquisa. A partir deste contato definimos a sequência do trabalho a ser realizado para contemplar o objetivo proposto. A descrição deste trabalho pode ser acompanhado no capítulo a seguir e traz a narrativa em terceira pessoa, diferente do que a foi apresentado até o momento.

---

<sup>5</sup> Esta pesquisa está vinculada ao Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – Univille, na linha de pesquisa Trabalho e Formação Docente, compondo o Grupo de Estudos em Trabalho e Formação Docente - Getrafor.

## 1 PERCURSO METODOLÓGICO

Com o intuito de nortear o leitor, este capítulo apresenta o passo a passo da pesquisa, contendo algumas subdivisões para melhor compreensão deste processo. Inicialmente, apresenta-se o levantamento de pesquisas já realizadas sobre a educação do surdo no ensino superior, fornecendo subsídios para conhecer o que se está pesquisando e os resultados encontrados até o momento. Logo a seguir, a abordagem com a qual compreendeu-se estes sujeitos enquanto pessoas, em seguida a descrição dos procedimentos utilizados para continuidade da pesquisa e o delineamento desta.

### 1.1 Levantamento de pesquisas relacionadas a esta temática

Visando verificar como as pesquisas vêm abordando a educação da pessoa surda principalmente no âmbito do ensino superior, temática da presente pesquisa, buscou-se por trabalhos que se aproximassem desse assunto, recorrendo-se a cinco diferentes bases de dados, sendo estas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped Nacional; Scientific Electronic Library Online - SciELO; SciELO Educa; Comitê de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES; e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. O objetivo do levantamento, centrou-se em averiguar o que foi publicado até o início deste estudo. Com a busca das pesquisas, foi possível identificar os trabalhos que se aproximavam da temática desta pesquisa, principalmente aqueles que tinham como sujeitos das pesquisas estudantes surdos na educação superior, sendo este o critério utilizado para a seleção dos trabalhos, os quais serão relacionados a seguir.

Inicialmente foi pesquisada a base de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped Nacional, no Grupo de Trabalho 15 – Educação Especial (GT-15), do ano 2000 até a edição realizada em 2015. Foi escolhido este período por ser o que estava disponível no momento da busca, não fazendo parte a reunião nacional ocorrida no ano de 2017, em função da pesquisa estar em andamento e este levantamento já ter sido realizado.

A partir da definição do período a ser explorado realizou-se busca inicial de trabalhos com foco em surdos/ surdez. Nesta primeira busca foram encontrados trabalhos que envolviam a Língua Brasileira de Sinais – Libras, educação de surdos, surdos no ensino regular, tradução e interpretação de Libras, políticas públicas para inclusão de estudantes com surdez, dentre outros.

Após seleção com descritores específicos nos registros disponíveis da Anped Nacional, sendo estes: “surdos/ surdez”, “ensino superior” e “trabalho docente”, foram encontrados um total de 52 trabalhos, e deste total foram identificados 3 (três) artigos relacionados com a nossa temática, não incluindo os trabalhos na modalidade de pôsteres, por não apresentarem o estudo completo.

Apesar das várias edições deste evento, verificou-se que foram poucos os trabalhos que apresentavam proximidade com a temática aqui abordada. No quadro a seguir é possível constatar quais os trabalhos apresentados e seus respectivos autores, bem como em qual edição nacional da Anped foi apresentado.

Quadro 1 – Levantamento de dados sobre estudantes surdos com base na Anped Nacional.

BASE	AUTORES	TÍTULO
33 ANPED NACIONAL (2010)	Maria das Graças Chagas de Arruda Nascimento Ana Luísa Antunes Yrlla R. de O. Carneiro da Silva	O trabalho docente na contemporaneidade: e educação de surdos como desafio
31 ANPED NACIONAL (2008)	Monique Mendes Franco Maurício Rocha Cruz	Surdez e educação superior: que espaço é esse?
30 ANPED NACIONAL (2007)	Silvia Maria Fangueiro Pedreira	Educação Inclusiva de Surdos/as numa perspectiva intercultural

Fonte: Pesquisador com base nos bancos de dados da Anped Nacional, 2017.

Outra base de dados pesquisada foi o SciELO. Neste site realizou-se a busca utilizando os seguintes descritores: “surdez/ surdos”; “trabalho docente” e “educação superior”. Com estes 3 (três) descritores utilizados nesta ordem não foram obtidos resultados que contemplassem a temática de interesse, entretanto na tentativa de explorar outras possibilidades, ampliou-se os termos, utilizando-se agora “surdez / surdos” e “ensino superior”. Com estes descritores foram 3 (três) trabalhos encontrados, os quais são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Levantamento de dados sobre estudantes surdos com base no Scielo

<b>BASE</b>	<b>AUTOR (ES)</b>	<b>TÍTULO DO TRABALHO</b>
SCIELO (Descritores: surdos/ surdez; ensino superior)	Laura Ceretta Moreira; Maria Augusta Bolsanello; Rosangela Gehrke Seger (2011)	Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco
	Cláudia Alquati Bisol (2010)	Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão
	José Ildon Gonçalves da Cruz; Tárzia Regina da Silveira Dias (2009)	Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades

Fonte: Pesquisador com base nos bancos de dados da Scielo, 2017.

Na base de dados SciELO Educa foi possível realizar pesquisa conforme a área de interesse, neste caso selecionou-se “Educação”, utilizando os mesmos caminhos de busca realizada na base SciELO. Nesta base de dados 3 (três) artigos foram identificados e apenas um deles não havia sido sinalizado anteriormente no SciELO. O artigo tem como título “Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior”, de Vanessa Regina de Oliveira Martins, publicado em março de 2016.

O Comitê de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES também foi alvo de busca para esta pesquisa. Neste banco de dados, utilizou-se o seguinte roteiro: no site da capes buscou-se por “periódicos” e em seguida “buscar assunto”. Os descritores utilizados nesta base foram “surdos” e “ensino superior”; da mesma forma que aparece aqui. Um total de 12 trabalhos retornaram como resposta à busca, destes observou-se que haviam alguns que se aproximavam da temática de interesse, por abordarem a inclusão do estudante surdo no ensino superior, a inclusão da disciplina de Libras em cursos de nível superior ou mesmo os trabalhos que envolviam o tradutor e intérprete da língua de sinais. A seguir estão os trabalhos selecionados considerados relevantes à temática pesquisada.

Quadro 3 – Levantamento de dados sobre estudantes surdos na base CAPES

<b>AUTOR (ES)</b>	<b>TÍTULO</b>
Monique Franco (2009)	Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações.
Natália Gavalvão; Sandra Eli Sartoreto De Oliveira Martins (2016)	Implicações para os surdos no ensino superior
Ana Paula Santana (2016)	A inclusão do surdo no ensino superior no Brasil

Fonte: Pesquisador com base nos bancos de dados da CAPES, 2017.

No site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, último banco de dados pesquisado, foram selecionados os seguintes descritores: “surdos”; “trabalho docente” e “ensino superior”. Com os referidos descritores, obteve-se um retorno de 17 trabalhos, e, após a leitura de seus resumos destacaram-se 3 (três) por se aproximarem da temática pesquisada. Os demais trabalhos apresentavam objetivos referentes a disciplina de Libras no ensino superior ou o trabalho do intérprete de libras.

Quadro 4 – Levantamento de dados sobre estudantes surdos na base BDTD.

AUTOR (ES)	TÍTULO DO TRABALHO
Simon Skarabone Rodrigues Chiacchio (tese, 2014)	Saberes docentes fundamentais para a promoção da aprendizagem do aluno surdo no ensino superior brasileiro
Davieli Chagas Breda (dissertação, 2013)	A inclusão no ensino superior: um estudante surdo no programa de pós-graduação em educação
Cristiane Ramos Muller (dissertação, 2009)	Professor surdo no ensino superior: representações da prática docente

Fonte: Pesquisador com base nos bancos de dados da BDTD, 2017.

O levantamento realizado nestes bancos de dados tornou-se relevante, na medida que possibilitou, dentre outros aspectos, identificar que o investimento de pesquisas com temáticas voltadas ao tema surdez no ensino superior, está em desenvolvimento, assim como pesquisas envolvendo pessoas com deficiência.

Pode-se inferir que o panorama de pesquisas que envolvam a temática da surdez no ensino superior, deve-se ao fato de que o ingresso, de modo mais evidente, de pessoas surdas na educação superior ainda é recente. Acredita-se que tornar acessível este espaço ao surdo envolve questões mais complexas, que vão além de barreiras arquitetônicas, como em outras situações, principalmente a partir das políticas voltadas ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como a língua de sinais do Brasil.

Portanto, constatou-se que foram poucos os trabalhos que contemplaram a temática abordada neste estudo, ou seja, o surdo no ensino superior, indicando haver um campo de pesquisa amplo a ser explorado e com possibilidades de contribuir significativamente ao processo de educação formal do referido público.

Mediante a explanação realizada tem-se por objetivo geral dessa pesquisa:

- Compreender como ocorre o trabalho docente com a inserção do estudante surdo no ensino superior no município de Joinville-SC.

Para alcançar este objetivo, outros específicos foram elaborados, sendo eles:

- Identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior;
- Analisar como acontece o trabalho docente na perspectiva do professor da disciplina da graduação junto ao estudante surdo;
- Identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior;
- Conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do seu ingresso na educação superior.

Após listados os trabalhos já publicados e apresentados os objetivos gerais e específicos que direcionaram esta pesquisa, é pertinente que seja apresentada a perspectiva com a qual se desenvolve este trabalho, que será explanada a seguir.

## 1.2 O estudo e sua abordagem epistemológica

A abordagem histórico-cultural converge com a perspectiva adotada no presente estudo, pois entende-se que os participantes da pesquisa constituíram-se enquanto indivíduos a partir de suas relações com seus pares, corroborando com Freitas e Ramos (2010, p. 8), quando dizem que esta perspectiva busca “a compreensão dos sentidos que são construídos e compartilhados por indivíduos socialmente relacionados. Por isso [...] nos empenhamos todos na produção e na partilha dos sentidos que deles emergem”. Como expoentes desta abordagem cita-se aqui os seguintes autores: Vigotski, Luria e Leontiev (GOLDFELD, 2002).

Adentrando ao campo educacional Gatti (2002, p.12) cita que “pesquisar em educação significa trabalhar com algo relativo a seres humanos ou com eles mesmos, em seu próprio processo de vida”, o que implica em perceber para além das palavras, ou seja, compreender para além do óbvio, explorando as relações existentes do objeto de investigação com o contexto onde este se insere.

Desse modo, para que se pudesse ter uma compreensão mais ampla da realidade do público alvo desta pesquisa, optou-se por utilizar a abordagem qualitativa, que de acordo com André (2012, p. 17),

se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

Neste sentido, Minayo (2015, p. 21) relata que esta abordagem de pesquisa “responde a questões muito particulares. [...] Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Complementando e reforçando a ideia de que é necessário ao pesquisador perceber para além do exposto.

Sendo assim, para desenvolver uma pesquisa é necessário cumprir algumas etapas, que para Minayo (2015) ocorrem, basicamente, em três momentos: a fase exploratória; o trabalho de campo e análise; e o tratamento do material empírico e documental, os quais são descritos no decorrer do percurso metodológico.

Inicia-se descrevendo sobre a fase exploratória, que “consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo” (MINAYO, 2015, p.26). Este processo teve seu início nas primeiras reuniões, que além de definir objetivos, serviu para identificar três grupos de participantes a serem abordados: os estudantes surdos ou que tenham deficiência auditiva<sup>6</sup>, sendo “deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2004); intérpretes de Libras caso estes tenham sido solicitados pelos estudantes e os docentes que lecionaram para estes estudantes no ano de 2016.

Para os participantes contatados, independente do grupo, critérios de inclusão foram definidos, sendo eles:

- Para todos: ter no mínimo, 18 anos;
- Para os acadêmicos: ser estudante de graduação no ano de 2016 e ter o grau de surdez anteriormente citado;
- Para os professores: ter lecionado para estes estudantes no ano de 2016;

---

<sup>6</sup> Este termo foi usado neste momento por ser o que aparece nos questionários, pois não sabíamos se os participantes se identificavam enquanto surdos ou deficientes auditivos, mas no decorrer do trabalho apresentaremos “surdos”. Embora concordemos com o termo “surdos”, por vezes, em função da legislação, é necessário que seja referido este público como deficiente auditivo, em um viés patológico, para estes terem acesso ao que diz as leis.

- Para os intérpretes: foram convidadas a participar intérpretes que estavam nesta função no ano de 2016.

Tanto para professores, intérpretes e estudantes, foram desconsiderados os sujeitos que por desconforto em falar sobre o tema ou alguma outra razão não aceitaram participar da pesquisa, sendo este o critério de exclusão utilizado. Dito isto chega-se ao próximo item: os instrumentos de pesquisa e geração de dados.

### 1.3 Instrumentos de pesquisa e geração de dados

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram: questionários com perguntas abertas e fechadas e entrevista semiestruturada. Os questionários foram aplicados aos professores que se encaixavam nos critérios de inclusão e que se voluntariaram a participar. As entrevistas semiestruturadas foram direcionadas aos estudantes e intérpretes.

Para a geração de dados, utilizou-se questionário<sup>7</sup> com os professores que aceitaram voluntariamente participar do estudo (Apêndice 1). De acordo com Gil (2008, p. 121) a utilização de questionários é uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças [...]”, contribuindo também para obtenção dos dados desejados. O questionário para os docentes contou com 16 perguntas divididas em 3 (três) eixos: perfil docente, apoio institucional e trabalho docente.

O questionário, instrumento utilizado para a geração de parte dos dados da pesquisa, passou inicialmente por uma pré-testagem, sendo aplicado aos estudantes da disciplina “Seminário de pesquisa II: trabalho e formação docente”, da turma VI do Mestrado em Educação da Univille, o que contribuiu para o aperfeiçoamento do instrumento.

Para os estudantes com surdez (Apêndice 2) e intérpretes (Apêndice 3) foram realizadas entrevistas semiestruturadas, as quais foram conduzidas pelo

---

<sup>7</sup> O questionário foi escolhido como instrumento de pesquisa por compreender que este não iria interferir no processo pedagógico do professor no trabalho junto ao estudante com surdez. Vale mencionar também que diante do objetivo proposto compreende-se que o questionário atende ao que foi proposto por esta pesquisa.

pesquisador, assegurando sigilo e privacidade para com os dados fornecidos. As entrevistas tiveram seus áudios gravados e/ ou filmados. O uso destes recursos levou em consideração o fato de o entrevistado ser usuário de Libras ou não. Posteriormente estas entrevistas foram transcritas na íntegra para Língua Portuguesa.

Em relação ao instrumento entrevista, Marconi e Lakatos (2016, p.178) descrevem que a entrevista é “um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”, o que contribuirá para investigar a realidade que se deseja.

Todos os documentos citados foram enviados ao Comitê de Ética da Univille e após aprovação do projeto<sup>8</sup> deu-se continuidade à pesquisa, visando cumprir o que determina a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Dessa forma, entende-se que os riscos com a pesquisa, são mínimos, levando em conta algum possível constrangimento aos participantes, bem como o desconforto em função do tempo de resposta às entrevistas e questionários (BRASIL, 2012).

#### 1.4 Procedimento de análise de dados

O próximo passo foi analisar o material obtido, o que Minayo (2015, p. 26) considera como “análise e tratamento do material empírico e documental”, que terá como inspiração a análise de conteúdo, descrita por Franco (2012) e Bardin (2011), sendo as categorias criadas *a posteriori*. Utiliza-se a análise de conteúdo por entender que esta “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2011, p. 50). Esta autora ainda complementa dizendo que análise de conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadas (quantitativas ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Para Franco esta análise atenta-se ao que está sendo dito, na linguagem, pois esta é a “expressão da existência humana que, em diferentes momentos

---

<sup>8</sup> Este trabalho foi aprovado com o parecer 1.796.156 (Anexo 1).

históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação” (FRANCO, 2012, p. 13). Neste sentido, leva-se em conta o contexto no qual esta linguagem está inserida, contribuindo para uma melhor compreensão da realidade vivida pelos participantes.

Com o material gerado em mãos, seguindo os pressupostos da análise de conteúdo, é necessário para um primeiro contato com o material uma leitura flutuante, que significa “estabelecer contatos com os documentos a serem analisados e conhecer os textos e as mensagens neles contidos, deixando-se invadir por impressões, representações” (FRANCO, 2012, p. 54). Isto significa que é necessário ambientar-se no território dos dados gerados, deixando-se impregnar por seu conteúdo.

Inicialmente, para organizar os questionários, sendo um total de 10 unidades, estes foram identificados por nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos docentes participantes, sendo: Carmem, Nelson, Heloisa, Edson, Elias, Fátima, Joana, Salete, Carlos, e Paulo. Para intérpretes e estudantes ocorreu da mesma maneira, sendo que para intérpretes foram atribuídos os nomes de Lara e Ivete e aos estudantes os nomes de Elvis, Elisabete e Eloi. Após a nomeação dos questionários, a organização das respostas foi realizada com o programa Excel para agrupar dados e com o Word para transcrever as entrevistas.

Os participantes desta pesquisa foram divididos em 3 (três) grupos: estudantes surdos, docentes destes estudantes e intérpretes. Para professores foram utilizados questionários que abordaram 3 (três) eixos: Eixo 1 - Perfil docente; Eixo 2 - Apoio institucional e Eixo 3 - Trabalho docente, totalizando 16 questões sendo estas abertas e fechadas.

Com base nos eixos criados foi possível atender aos objetivos específicos, que são: a) identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior; b) analisar como acontece o trabalho docente na perspectiva do professor da disciplina da graduação junto ao estudante surdo; c) identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior; e d) conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do seu ingresso na educação superior.

Pelo exposto até o momento pode-se compreender como será feita a análise do material gerado neste trabalho, porém esta é apenas uma parte do que foi feito nesta pesquisa e a seguir encontra-se como deu-se a continuidade do trabalho realizado.

### 1.5 Delineamento da pesquisa

Buscou-se saber quantas instituições de ensino superior há na cidade e para isto recorreremos ao Portal da Educação Institucional (SED, 2017) onde identificou-se 24<sup>9</sup> instituições de ensino superior cadastradas em Joinville - SC. A partir destes dados o próximo passo da pesquisa foi investigar quantos estudantes contemplavam o perfil desejado para compor este trabalho. Desta maneira, fez-se contato, via e-mail, com a representante do Comitê de Ensino Superior da cidade de Joinville – SC, solicitando que esta, durante uma reunião do comitê, perguntasse aos representantes aqueles que possuíam no seu quadro discente estudantes surdos. De acordo com a informação repassada à representante, 5 (cinco) instituições contemplavam o público alvo desta pesquisa, ou seja, os estudantes surdos.

Dentre as cinco IES que mencionaram ter estudantes surdos uma instituição é comunitária, uma pública e três são privadas. Para contato inicial foi enviado e-mail explicando a pesquisa e perguntando sobre a possibilidade de participação. Destas cinco possíveis participantes apenas 3 retornaram o e-mail sinalizando interesse, sendo elas: uma instituição privada, uma comunitária e uma pública. Uma instituição privada não retornou o e-mail encaminhado e outra recusou-se a participar por motivos de mudança interna no grupo educacional.

A partir da sinalização positiva das três instituições foi solicitado o contato de e-mail dos estudantes para encaminhamento do projeto e da possibilidade de participação. O processo de obtenção das informações necessárias para geração de dados em cada instituição será descrito a seguir, bem como a explanação da metodologia utilizada para contatar as instituições, os docentes e os estudantes.

---

<sup>9</sup> No levantamento realizado percebeu-se que algumas instituições não estavam mais atuando na cidade.

### 1.5.1 Contato com instituição pública

Na universidade pública, após contato e envio da intenção de pesquisa, foi necessário aguardar a aprovação pelo Comitê de Ética da instituição<sup>10</sup>, que após contato telefônico solicitando alguns ajustes por escrito, os quais foram realizados, o considerou apto a prosseguir. Com auxílio da professora que proporcionou respaldo interno, obteve-se contato de 6 (seis) docentes, que foram contatados por e-mail visando inicialmente informar sobre a pesquisa e verificar se teriam interesse de participar, neste primeiro contato todos aceitaram de imediato.

À professora que proporcionou respaldo interno foram entregues os questionários, os quais enviou aos docentes. Este procedimento de entrega dos envelopes foi realizado na mesma semana do contato e aceite por parte dos docentes, com um prazo de duas semanas para o recolhimento dos questionários. Os professores tiveram acesso aos questionários e o devolveram para a professora que estava auxiliando neste processo. Esta ao receber os envelopes os guardou para que o pesquisador pudesse buscá-los e realizar posterior tabulação dos dados. Dos seis docentes, apenas dois fizeram a devolutiva.

Em relação ao estudante surdo procedeu-se inicialmente com um contato por escrito, via e-mail, perguntando se este concordaria com a participação na pesquisa e se a entrevista seria sinalizada ou oralizada. O retorno para participação foi positivo, sendo que o estudante demonstrou interesse em contribuir. A escolha do local de realização da entrevista foi feita pelo entrevistado em local aberto, porém reservado, mesmo tendo sido oferecida pela instituição proponente da pesquisa uma sala privativa. O estudante em questão não utiliza a língua de sinais e realizou a entrevista oralmente.

### 1.5.2 Contato com instituição privada

O processo para obtenção de dados na instituição privada ocorreu inicialmente por meio de um contato via e-mail para o diretor. Este contato direto com o representante da instituição foi possível pelo fato do pesquisador fazer parte

---

<sup>10</sup> Este trabalho foi aprovado com o parecer 2.037.844 (Anexo 2).

do quadro docente da instituição, porém não participando do corpo de professores do curso no qual a estudante em questão está vinculada. Com a aprovação da direção foi enviado um e-mail para a coordenadora do curso no qual a estudante com surdez está matriculada e após um contato pessoal para explanação da conduta da entrevista esta consentiu em participar.

O próximo passo foi deixar os questionários sob responsabilidade da coordenadora de curso, para que fossem entregues aos 5 (cinco) docentes participantes e após o prazo de uma semana, 4 (quatro) questionários foram recolhidos. Para a estudante foi enviado e-mail perguntando sobre local e horário disponíveis para entrevista e esta retornou marcando para a semana seguinte este encontro, que se realizou na própria faculdade, em sala reservada.

### 1.5.3 Contato com instituição comunitária

Na instituição comunitária solicitou-se alguns dados junto ao setor responsável pelo cadastro dos estudantes que tem alguma deficiência, síndrome ou transtorno - Central de Relacionamento ao Estudante - CRE. Em contato com a responsável deste setor foi possível acessar informações do possível público participante. Tendo em vista os critérios de inclusão foram abordados 3 (três) estudantes com surdez - duas mulheres e um homem, e duas intérpretes.

Os únicos participantes que se dispuseram a integrar esta pesquisa foram o aluno surdo e sua intérprete, já que as demais estudantes não deram retorno e a outra intérprete argumentou não ter disponibilidade de horário.

Para a entrevista com o estudante surdo solicitou-se que sua intérprete, por ter mais contato com ele e por dominar os sinais específicos do curso no qual ele está inserido, auxiliasse neste processo tornando assim a conversa fluente. As entrevistas com a intérprete e estudante surdo aconteceram em uma sala reservada na CRE, sendo seguidos os procedimentos já descritos em relação a gravação de áudio e vídeo. Iniciou-se entrevistando o estudante com a participação da intérprete e posteriormente apenas a intérprete.

Vale mencionar que posteriormente se soube que a intérprete que acompanhava o acadêmico durante a realização da pesquisa não era a mesma de

quando ele iniciou o curso. Diante deste fato fez-se contato com a primeira intérprete do estudante e esta disse que por motivos pessoais precisou deixar a instituição, mas que ao ser contatada sinalizou interesse em participar da pesquisa, sendo sua entrevista realizada na CRE.

Quanto a participação dos docentes foi assegurado o apoio do coordenador de curso, que após verificação confirmou que um total de 9 (nove) professores poderiam participar da pesquisa. O coordenador também se dispôs a colaborar no processo de entrega e recolhimento dos questionários. Nesta instituição do total de 9 (nove) questionários entregues aos docentes obteve-se retorno de 4 (quatro) instrumentos. O tempo para recolhimento dos questionários pelo pesquisador foi de três semanas.

Retomando questões gerais, o período para levantamento dos dados ocorreu entre os meses de novembro de 2016 a abril de 2017. Destaca-se que para discentes, docentes e intérpretes foi solicitada assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 5).

Após concluídos os levantamentos necessários foram gerados dados que serão apresentados no capítulo 5 (cinco), pois nos capítulos 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro) serão apresentados aspectos importantes sobre o sujeito surdo que darão suporte para discussão e análise dos dados, a iniciar pelas políticas e como esta se efetiva junto às pessoas surdas.

## **2 EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS: entre os discursos políticos e a efetivação na prática**

Compreender a educação de surdos pede um revisitar em uma história trilhada por diversos marcos, resultantes das mudanças sociais e culturais transcorridas nas últimas décadas, bem como da participação das pessoas surdas em diferentes espaços sociais. São inegáveis os avanços sociais em relação as pessoas surdas, partindo-se do período em que estas eram consideradas pessoas possuídas pelo demônio, ou que podiam se comunicar com divindades em segredo, ou mesmo que todo surdo era mudo. Neste processo marcado por muitos preconceitos e desconhecimento as pessoas surdas foram vítimas de estigmas resultando na segregação social<sup>11</sup> (FERNANDES, 2006; GOLDFELD, 2002).

Considerando que os avanços alcançados são provenientes de muita luta e militância desta comunidade, o que resultou em políticas públicas, que produziram leis e decretos que pudessem contemplar estes indivíduos e são algumas dessas legislações que serão apresentadas no decorrer deste capítulo, partindo de legislações mais abrangentes, ou seja, as que indicam pessoas com deficiência no geral até se chegar nas que remetem ao surdo e sua língua.

A partir do momento que se assume que a educação é para todos (Unesco, 1990, 1994), entende-se que esta deva acolher os interessados neste processo, sendo estes com deficiência ou não e é então que se passa a voltar os olhares para um público que até aquele momento não tinha voz tão pouco visibilidade, ficando às margens da sociedade, ou seja, as pessoas consideradas diferentes.

Os documentos existentes a partir da década de 1990 sugerem que as instituições se adequem às necessidades dos estudantes considerados diferentes, porém contemplam algumas deficiências como auditiva, física e visual, não mencionando os demais sujeitos público alvo da educação especial, como as pessoas com síndromes e transtornos, por exemplo. O levantamento realizado por Santos e Hostins (2015) sobre políticas de inclusão para ensino superior traz com

---

<sup>11</sup> Entende-se que não foram apenas as pessoas surdas que ocorreram tais fatos, sendo importante conhecer a trajetória da educação das pessoas com deficiência até o cenário atual, porém não é esta a função deste trabalho, mas indica-se autores como Januzzi (2012) e Kassar (2013) para mais informações.

mais detalhes a legislação e análise discutidas, o que colabora para o andamento desta pesquisa, pois focou-se em dissertar sobre as políticas para o ensino superior na perspectiva da educação especial abordando outros aspectos e seguiu-se com elas.

Mesmo nos dias atuais percebe-se que são poucas as produções em torno da inclusão no ensino superior, independente da deficiência abordada, como apresentado a seguir

Pouco se tem documentado sobre a inclusão no ensino superior, indicando uma carência de reflexões, estudos e estatísticas, o que dificulta a formulação de políticas públicas que contemplem ações promotoras de educação inclusiva também no ensino superior (OLIVEIRA, 2011, p. 31).

Mesmo com a carência de trabalhos em relação a esta temática, é notório, ainda que singelo, um discreto crescimento em relação à produções dos anos anteriores, devido às legislações que tratam desta temática, o que fez com que os olhos fossem voltados para este público, pois devido à legislação, o acesso é permitido.

Compreende-se que a legislação, no que tange ao estudante surdo é generalista, pois sempre aborda questões como garantir atendimento à pessoa portadora de necessidades educativas especiais, construção de uma escola inclusiva, atendimento à diversidade humana entre outras. Observa-se também que as leis, inicialmente, voltavam-se para os estudantes de educação básica, sendo posteriormente criados caminhos para o ingresso do estudante diferente no ensino superior (SANTOS; HOSTINS, 2015). Desta maneira, pressupõe-se que fica a cargo de instituições e demais espaços a realização desta inserção, já que não há orientação específica para a realização deste feito.

No caso dos surdos, esta comunidade ganha força e representatividade a partir da lei 10.436/2002 (Brasil, 2002, p. 1), conhecida como “Lei de Libras”, que oficializou a Língua Brasileira de Sinais – Libras como a língua da comunidade surda brasileira, causando impacto positivo na perspectiva da educação inclusiva quando se reporta a este público, principalmente porque oportunizou que este estudante aprendesse os conteúdos curriculares por meio de sua língua. Sobre esta forma de comunicação esta lei define Libras como sendo um “sistema lingüístico de natureza

visual-motora, com estrutura gramatical própria [...], oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002). Esta língua constituindo-se de natureza visual-motora, diferente ao que se apresenta aos ouvintes, ou seja, oral-auditiva, pressupõe que o atendimento a este público deva ser de maneira diferenciada, haja vista que, de acordo com a lei, a compreensão do surdo em relação ao que o rodeia é feita visualmente.

Pelo fato desta pesquisa envolver o surdo no ensino superior, considera-se importante salientar que esta mesma lei relata que a língua de sinais não substitui o português escrito, pois entende-se que ao final da graduação o concluinte deverá realizar seu trabalho de conclusão de curso de maneira escrita, em português, e para o surdo não será diferente. Neste sentido, faz-se necessário o aprendizado do português escrito para o surdo com o mesmo empenho com que se deseja que o ouvinte aprenda Libras, tornando-as importantes na mesma proporção.

Com a difusão da referida lei e os ganhos para esta comunidade, no ano de 2005 foi criado o decreto nº 5.626 (Brasil, 2005), tendo este a finalidade de regulamentar a lei de Libras, bem como a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, sendo esta responsável por estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência<sup>12</sup> ou com mobilidade reduzida, além de dar outras providências (BRASIL, 2000).

Dentre outros, este decreto aborda o conceito de surdez, relatando que “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005). Ao referir-se a Libras como principal manifestação da cultura surda, entende-se que este decreto sugere amparo às manifestações da cultura surda, porém percebe-se um deslize no mesmo conceito, pois apresenta o termo “perda auditiva”, remetendo à deficiência.

Apesar de compreender que há na comunidade surda esta luta pela efetivação e reconhecimento cada vez maior de direitos e pela legitimidade de uma cultura, quando se trata de conseguir recursos, como por exemplo a solicitação de intérpretes na escola o termo “deficiente auditivo” é pertinente, pois o discurso

---

<sup>12</sup> Entende-se que o termo portador de deficiência está em desuso, porém respeita-se o que traz a legislação.

médico torna-se superior ao discurso do surdo enquanto ser cultural, apoiando-se na deficiência auditiva, pois é por meio de laudo médico que estas solicitações são atendidas.

O decreto de 2005 traz ainda a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores, nos cursos de fonoaudiologia e magistério; da formação devida aos profissionais que trabalham com Libras; da garantia ao direito das pessoas surdas ou com deficiência auditiva à educação, bem como de seus direitos a saúde; além de priorizar o professor surdo<sup>13</sup> para receber estas formações, sugerindo também que o estudante surdo aprenda Libras desde sua inserção na educação infantil e que os surdos tenham direito a intérpretes e faz referência ao professor bilingue.

Apesar de ofertar a disciplina de Libras nos referidos cursos, a legislação não apresenta carga horária mínima para a realização desta e não orienta sobre ofertá-la de maneira presencial ou a distância, o que acaba por deixar a cargo das IES esta decisão, o que por desconhecimento sobre a importância desta língua nos cursos de ensino superior acaba por não visibilizá-la adequadamente, desconsiderando sua relevância.

Um dos capítulos do decreto de 2005 trata sobre a formação de tradutores e intérpretes de Libras e suas atribuições. Para contemplar estes profissionais foi criada a lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que formaliza a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras (Brasil, 2010), possibilitando acreditar que cada vez mais este profissional é importante para que se possa promover a comunicação entre surdos e ouvintes, bem como entender que o surdo está cada vez mais procurando inserir-se em um contexto social. É possível inferir que o crescimento da importância do intérprete de Libras é proporcional à visibilidade da Língua Brasileira de Sinais, pois sendo este o profissional responsável por traduzir e interpretar da língua de sinais para a língua portuguesa, torna-se necessário sua presença a partir da expansão de Libras.

---

<sup>13</sup> Art. 4º em parágrafo único, indica a pessoa surda com preferência para receber cursos de formação, formando-o para o ensino de Libras nos anos finais de ensino fundamental, ensino médio e superior, devendo ser realizado em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em letras: Libras ou em Letras: Libras/ Língua Portuguesa como segunda língua (Brasil, 2005).

Outro documento importante que orienta profissionais sobre a inclusão da pessoa com deficiência é a Lei Brasileira de Inclusão, de 2015 (BRASIL, 2015). Este documento é destinado a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.

No Capítulo IV – Do Direito a Educação, artigo 28, parágrafo II relata o “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, **permanência**, participação e aprendizagem [...] que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (BRASIL, 2015, grifo nosso), referindo-se ao poder público.

Destaca-se o trecho em que se refere a permanência deste estudante nas instituições de ensino, algo que até então não era evidenciado, citando apenas o acesso. Para além do âmbito educacional esta lei destaca a inserção de surdos em outros espaços sociais, como ao trabalho, saúde e moradia, por exemplo.

Como se pode perceber, a Lei Brasileira de Inclusão está em consonância com a lei de Libras, a lei do intérprete e com o decreto de 2005, pois todas refletem a intenção de assegurar a inserção da pessoa surda nos espaços que até então apenas os ouvintes acessavam e vai além referindo-se a permanência de estudantes nas instituições escolares.

Estes documentos oportunizaram novas possibilidades de engajamento a um público até então segregado, mas fez mais do que isto, pois visibilizada a pessoa surda e entendendo que esta possui em seu meio uma cultura própria e que contribui para um desenvolvimento pleno da comunidade surda, bem como de seus participantes há atualmente, nas escolas, a proposta bilíngue, já referida inclusive em documentos legais a respeito deste professor para atuar com surdos.

A luta por legitimidade de uma cultura e reconhecimento da comunidade surda ainda continua e está cada vez mais em voga e a seguir será apresentado um cenário que está caminhando para uma realidade cada vez mais concreta: o estudante surdo no ensino superior e as políticas que respaldam este acesso.

## 2.1 O estudante surdo na educação superior: políticas que orientam este acesso

Como apresentado no início deste capítulo há algumas leis que possibilitam a inserção do estudante surdo em todos os níveis educacionais. Neste subcapítulo serão apresentadas algumas legislações específicas que abordam este estudante, agora no ensino superior.

Conforme abordado em capítulos anteriores, percebe-se que na história da educação de surdos o processo é longo e muitas vezes árduo para que este estudante consiga o acesso a educação. Neste contexto alguns movimentos iniciaram e foram forçadamente cessados, como é o caso do uso de algum tipo de língua de sinais até esta ser banida em função do Oralismo. Pode-se dizer que foi a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca é que, de fato, ocorreram intensificações nas ações voltadas à escolarização destas pessoas. Embora esta Declaração não fosse voltada para a defesa deste público, entende-se que é a partir dela que discussões foram geradas, tornando visíveis as pessoas com deficiência. A partir deste documento outros foram criados, como leis para acesso das pessoas com deficiência em diversos espaços, entre eles, a escola, que é o que cabe trabalhar nesta pesquisa.

Para ter acesso a estes espaços é necessário que se ultrapasse algumas barreiras, dependendo da deficiência que a pessoa apresente, como a barreira de comunicação, arquitetônica ou social, por exemplo. Na relação pessoa com deficiência e o ensino superior existe um documento que aborda, além de outros pontos, os tipos de barreiras encontradas no ensino superior. Refere-se aqui ao “Programa Incluir – acessibilidade na educação superior” (Brasil, 2013). Este documento faz um breve relato das políticas existentes para a educação especial, apresenta também orientações orçamentárias, indicadores do programa bem como conceitos e definições e algumas delas serão apresentadas a seguir, no que tange as barreiras encontradas no ensino superior em relação ao estudante surdo.

Para poder compreender melhor quais barreiras são encontradas o documento apresenta em seu texto “núcleos de acessibilidade”, que visam eliminar barreiras físicas, de **comunicação** e de informação (BRASIL, 2013, grifo nosso).

Contemplando o que busca este trabalho destaca-se a barreira de comunicação como sendo pertinente para a discussão nesta sessão.

Ao encontro do que apresentou-se anteriormente percebe-se que a comunicação aparece em destaque no acesso e permanência do estudante surdo ao ensino superior, e não apenas neste nível de ensino, mas em todos e independente da esfera na qual se encontra este estudante, seja em instituições comunitárias, públicas ou privadas. Esta permanência sugere que a aprendizagem deste estudante surdo torna-se prioridade, ao invés de apenas inseri-lo no contexto acadêmico.

Com a premissa de romper com esta barreira algumas orientações são fornecidas para que estas sejam transpostas, ressaltando-se que “dentro os recursos e serviços de acessibilidade disponibilizados pelas IES, destacam-se o tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, [...] e materiais pedagógicos acessíveis atendendo às necessidades específicas dos estudantes” (Brasil, 2013).

Em outra passagem sobre os núcleos de acessibilidade, o documento relata que estes estruturam-se nas seguintes bases: a) Infra-estrutura; b) currículo, comunicação e informação; c) programas de extensão e d) programas de pesquisa. Novamente, refere-se à questão que envolve comunicação, pois a orientação dada é que sejam usufruídos os serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.

É perceptível que dentre todas as legislações vigentes a questão da comunicação fica evidente, bem como a sugestão do uso de material pedagógico específico para cada estudante, ficando a cargo do docente ou profissional responsável a confecção de tal material, já que não são apresentadas sugestões para isto.

Conhecendo a legislação correspondente à educação especial, especialmente àquela voltada ao surdo é possível cobrar de maneira efetiva o que consta nestes documentos, mesmo que ainda haja resistência por parte de instituições em disponibilizar profissionais intérpretes para auxiliar na comunicação. E é com base nestas legislações que se deve exigir destas instituições cumprimento da lei. Ressalta-se, também, que a disposição de intérpretes ou qualquer outro

instrumento para adaptação do estudante com deficiência não deve gerar custos ao mesmo, bem como à sua família.

## 2.2 O estudante surdo na cidade de Joinville - SC: um cenário a ser desvelado

Compreendendo que a pesquisa não é neutra, e considerando o tipo de pesquisa realizada, e a perspectiva sob a qual foi realizada, ou seja abordagem histórico-cultural explicitada anteriormente, considerou-se pertinente apresentar o cenário onde esta foi realizada por compreender que as características deste meio são assimiladas pelos sujeitos que nele vivem. Assim sendo, apresentar-se-á alguns dados sobre o município de Joinville - SC.

O município está localizado ao norte do Estado de Santa Catarina e com uma população de aproximadamente 569.645 pessoas (IBGE, 2010a), sendo a economia movimentada predominantemente pela indústria. Ao realizar uma busca nos dados do censo de 2010, sobre o número de pessoas surdas no município, identificou-se que foi utilizado como critérios de inclusão na categoria deficiência auditiva itens como: alguma dificuldade para ouvir, grande dificuldade para ouvir ou não consegue de modo algum. Do total identificado a partir destas e outras categorias como idade por exemplo, chegou-se a um número superior a 30.000 pessoas com diferentes níveis de perda auditiva em Joinville.

Fazendo um levantamento destes números no site do IBGE, em consulta realizada no ano de 2017 sobre o número de pessoas com surdez, acredita-se que aqueles que tenham grande dificuldade ou que não ouvem, o que implica no uso de algum tipo de comunicação que envolva língua de sinais, representem aproximadamente 5000 surdos na cidade (IBGE, 2010b).

Diante destes números significativos, considerou-se pertinente verificar o número de estudantes com surdez matriculados nas redes de ensino da cidade, porém estes dados não aparecem no portal eletrônico das secretarias de ensino, bem como no portal eletrônico das próprias instituições, no caso de estabelecimentos particulares. Como não se obteve sucesso no levantamento destas informações recorreu-se ao uso da técnica *Snowball* ou *Snowball Sampling*, que Baldin e Munhoz (2011, p. 50) explicam ser “uma técnica de amostragem que

utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede”. Esta técnica funciona na forma de indicação, pois um participante indica outro até que as informações acabem se repetindo, indicando que o que está sendo dito não seja mais novidade (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Apesar da relevância desta técnica, as autoras orientam sobre sua limitação, ao mencionarem que a técnica acessa as pessoas mais visíveis na população, deixando outras que poderiam contribuir, porém não estão em evidência, de lado (ALBUQUERQUE, 2009 apud BALDIN; MUNHOZ, 2011). No caso desta pesquisa entende-se que este ponto não foi uma limitação, mas sim algo positivo, pois na cidade há um número restrito de profissionais que atuam com atendimento ao público surdo tornando a técnica pertinente e viável ao estudo.

Ao fazer uso da técnica, o primeiro contato foi com uma professora que trabalhou na formação inicial de estudantes de graduação, sendo esta voltada a formação de profissionais para atuarem com este público e a partir desta profissional obteve-se o contato dos demais, conseguindo desta maneira levantar o número aproximado de estudantes surdos nas redes de ensino de Joinville - SC, como verifica-se no quadro a seguir.

Quadro 5 – Estudantes surdos nas redes de ensino de Joinville - SC

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ALUNOS</b>
Pública Municipal (Educação infantil e ensino fundamental I e II)	20
Pública Estadual (Ensino fundamental I, II e médio)	21
Federal (IFC): ensino técnico	1
Privada: ensino superior (6 instituições)	13
<b>TOTAL DE ESTUDANTES</b>	<b>55</b>

Fonte: Pesquisador com base nos profissionais atuantes com surdos, 2017.

Como revela o Quadro 5, são poucos os surdos que estão frequentando o ensino regular, técnico ou superior, independente da esfera em que ele apareça, seja municipal, federal, estadual ou privado, o que reforça a reflexão sobre o baixo número de estudantes frequentando alguma instituição de ensino. Considerando o baixo número de estudantes no ensino regular, compreende-se o fato deste número se manter baixo também no ensino superior. O que chama atenção para estes dados é que o último levantamento foi realizado no ano de 2010, integrando o Censo

crianças a partir de 10 anos, este público estaria com idade para ingressar no ensino superior o que esta pesquisa revela ser um número ainda pouco expressivo. A partir do exposto é possível refletir sobre onde estão estes surdos.

Apesar do ingresso de pessoas surdas no ensino superior representar um número baixo, pode-se dizer que este número tem aumentado, como aponta nota informativa publicada pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, na qual apresenta as matrículas das pessoas com deficiência que aumentaram 933% em dez anos, passando de 2.173 para 20.287, no período de 2000 a 2010 (MEC, 2012). Na mesma nota há menção sobre o impacto das políticas educacionais que visam oferecer cursos de licenciaturas em Letras com habilitação em Libras, o que demonstra preocupação com a formação inicial dos futuros professores no trabalho com estudantes surdos.

Como percebido, há amparo legal que possibilita ao surdo o acesso aos mais diversos locais e serviços pondera-se aqui sobre o porquê desta inclusão não ocorrer, ou da lentidão neste processo. Algumas considerações podem ser apresentadas visando explicar a ausência destas pessoas no ensino regular, profissionalizante, técnico ou superior e uma delas está relacionada ao déficit de profissionais intérpretes de Libras.

A partir de dados publicados pelo site da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE, em processo seletivo para professor admitido em caráter temporário – ACT, realizado para intérprete de Libras para a rede estadual de ensino, constata-se que no ano de 2016 apenas 4 (quatro) pessoas foram aprovadas, tanto para ensino fundamental quanto para médio, pois alguns candidatos que foram aprovados estavam concorrendo e foram aprovados em ambos os níveis de ensino (ACAFE, 2016a). Para professor bilíngue 2 (duas) pessoas foram aprovadas e quando se trata de instrutores de Libras, este número reduz para apenas 1 (uma) pessoa aprovada (ACAFE, 2016b; ACAFE, 2016c).

Existem salas específicas para o atendimento e auxílio dos estudantes, sendo estas o SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado, que tem por objetivo propiciar aos educandos com diagnóstico de deficiência matriculados na rede regular o serviço de Atendimento Educacional Especializado – AEE (MEC, 2008), que contribuem também para o desenvolvimento do estudante

surdo, mas especificamente nesta sala própria e não em sala de aula. Entende-se que este auxílio acontece em horário a parte do período em que o estudante frequenta, ou seja, no contra-turno, o que implica para este profissional saber Libras para realizar, de fato, este auxílio.

Exemplo de educação de surdos na cidade de Joinville – SC, pode-se citar a Escola Rui Barbosa, que promovia o ensino destes estudantes surdos em classes especiais próprias para eles. Durante anos foi ofertada classes especiais de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, pois o ensino não era nomeado anual e não havia ensino fundamental até o 5º ano. A partir da 5ª série os estudantes tinham possibilidade de continuar estudando com auxílio de intérpretes, podendo desta maneira concluir o ensino fundamental em conjunto com os demais estudantes. Vale ressaltar que a proposta da escola, de acordo com o que foi vivenciado, não a caracterizava como uma escola bilíngue, pois a proposta da escola não incluía surdos e ouvintes, mas sim integrava os estudantes, bem como os profissionais deste estabelecimento. O fato do pesquisador ter tido contato com a escola e poder ter participado da rotina escolar no período de estágio da faculdade proporcionou repertório para relatar as situações aqui descritas.

Em dezembro de 2012 a escola foi interditada pela Vigilância Sanitária, fazendo com que os 263 estudantes fossem remanejados para outra escola nas proximidades. A proposta inicial era de que no ano de 2013 a escola passasse por reformas e no ano seguinte, em 2014, passasse a atender, também, o Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, que está localizada ao lado do Rui Barbosa (A NOTÍCIA, 2013a).

Tal promessa não se concretizou, pois no ano de 2014 a escola foi fechada e deu lugar a Companhia de Patrulhamento Tático e o grupo de paramédicos da Polícia Militar, transferindo por definitivo os alunos que ali estudavam (A NOTÍCIA, 2013b). Tal fato gerou preocupação, principalmente entre surdos que lá antes estudavam, pois a escola era a única instituição de Joinville destinada ao ensino de estudantes surdos. Desde então os estudantes com surdez foram realocados em outras instituições de ensino, descentralizando os estudantes.

Este fato marca negativamente a história da educação de surdos na cidade, pois a língua de sinais, própria da comunidade surda deve ser adquirida de maneira

dialética, ou seja, em contato com seus pares, como revela Vygotsky, postulando que a criança quando nasce tem todas as possibilidades de se tornar humana, ou seja, adquirir as características tipicamente humanas, mas isso se dá apenas se houver “interação dialética do homem e seu meio sociocultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo (REGO, 2014, p. 41). Sendo estes estudantes surdos locados em diversas escolas acaba ocorrendo maior privação deste contato.

Percebe-se, atualmente em Joinville – SC, um movimento por parte de instituições que realizam trabalhos com surdos uma árdua busca por captação de recursos junto as forças políticas para implantar no município uma escola bilíngue, o que promoveria a socialização dos surdos diretamente com seus pares e não dividindo estes estudantes como acontece hoje.

### 2.3 Trabalho docente e suas especificidades com o estudante surdo

Apresentar as especificidades do trabalho docente em relação ao estudante surdo precede o ingresso deste no ensino superior, passando pela escolarização em diversos níveis de ensino, pois mesmo estes sendo diferentes o trabalho pedagógico com este estudante se dá de maneira parecida diferindo apenas no conteúdo ministrado, mas as estratégias de ensino podem ser utilizadas e adaptadas da melhor forma a atender este público.

Considerando que as turmas regulares nas escolas não são homogêneas, ou seja, apresentam diferentes estudantes e uma pluralidade de conhecimentos e nesta perspectiva entende-se que o saber docente, também, exige um saber plural, como conceitua Tardif (2014, p.36) dizendo que “pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”, refletindo que o saber plural do professor é necessário para atuar com estes estudantes em sua diversidade.

Roldão (2005) contribui no âmbito do trabalho docente quando se refere a profissionalidade desta atividade, abordando o conceito de profissionalidade, que distingue a atividade docente das demais, sendo definido por “conjunto de atributos, socialmente construídos, que permitem distinguir uma profissão de outros muitos tipos de atividades, igualmente relevantes e valiosas” (Roldão, 2005, p. 108).

Portanto, com base nestes saberes plurais e levando em conta este conjunto de atributos que legitima a profissionalidade docente acredita-se que todo este repertório de conhecimento que o docente carrega será necessário, pois sendo o surdo produtor de cultura, sendo esta definida pela autora Strobel (2016, p. 29) como o “jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição de identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas”, compreende-se, a partir do momento que este docente insere-se nesta cultura, diferente da sua enquanto ouvinte, acaba por lançar mão de todo este repertório a seu favor e em função destes estudantes. A referida autora ainda complementa

relatando que esta cultura abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2016).

Sendo a língua parte integrante deste repertório cultural, esta é conceituada por Quadros (2007, p.19) como sendo “[...] uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo”. Neste sentido, a expressão facial ou corporal desenvolvem papel importante, pois são elas que darão sentido ao que se está tentando dizer. Este conceito aproxima-se do que foi apresentado na legislação, porém ampliando o conhecimento a respeito desta informação, considerando outros aspectos importantes, porém não levados em conta: expressão facial e corporal.

Considerando o que foi apresentado sobre Libras concluiu-se que estas duas línguas, língua portuguesa e língua de sinais possuem estruturas e naturezas diferentes, o que propõe reflexão sobre outro ponto a respeito do trabalho docente em relação ao surdo: a diferença entre a escrita do surdo e do ouvinte.

De acordo com Perlin, (2015, p. 57), “se pensarmos que a escrita é do ouvinte e o surdo aprende a escrita, estaríamos cometendo equívocos. [...] A escrita do surdo não vai se aproximar da escrita ouvinte”. É por esse motivo que o indivíduo surdo vive em uma outra comunidade, onde convive com pessoas surdas, e naquele meio se socializa, se comunica, e explora a sua cultura. A autora ainda reflete que “[...] a identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual. Essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como uma construção multicultural (PERLIN, 2015, p. 58).

Deve-se levar em consideração também que, não são todos os surdos que compreendem sua língua materna, seja por não ser exposto à Libras desde criança ou mesmo porque os pais não sabiam lidar com a situação e acabaram criando sinais entre os familiares, privando o surdo de uma formalização de sua língua materna. O que, pensando no contexto escolar, dificulta ainda mais a interação com os demais indivíduos. Deve-se analisar também se o surdo está disposto a conviver, compartilhar e aprender uma nova cultura, pois como salienta Skliar (2015) conviver na cultura do ouvinte é difícil para o surdo, pois está inserido e apropriado da sua.

Apesar do surdo exercer sua cultura dentro de sua comunidade vale lembrar que a sociedade é predominantemente ouvinte, sendo assim necessário, também, o

aprendizado do português para os surdos. A fim de tornar este aprendizado facilitado, ou, no mínimo pedagogicamente coerente criou-se uma nova perspectiva educacional: a educação bilíngue.

Este método segundo Quadros (1997, p.27) trata-se de

uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para esta proposta como sendo a mais adequada para crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

A proposta bilíngue busca mais do que ensinar Libras e o português escrito, remete também a aspectos culturais desta criança, pois como lembra Quadros (1997, p.28) “[...] a comunidade surda apresenta uma cultura própria que deve ser respeitada e cultivada. Ao mesmo tempo, a comunidade ouvinte tem sua cultura. Por isso uma proposta puramente bilíngue não é viável”.

Sobre esta cultura, para além do bilinguismo, Skliar *et al* (1995, p.16) esclarece que “[...] respeitar a pessoa surda e sua condição sociolinguística implica considerar seu desenvolvimento pleno como ser bicultural a fim de que possa dar-se em um processo psicolinguístico normal”. Quando estas condições não são respeitadas podem gerar danos consideráveis à educação da criança surda, apontando as falhas que esta relação social pode trazer.

Góes (2012), diz que não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, considerando as possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem, porém relata em seu trabalho vários estudos que apontam para falhas estruturais na escrita do surdo, bem como na leitura e compreensão de textos. Haja vista o que propõe o bilinguismo, ressalta-se a importância das escolas que trazem esta proposta, pois como evidenciado por Góes não são problemas advindos da cognição, mas sim pelo contexto social.

Cabe ressaltar que a trajetória da educação de surdos atravessa pontos importantes até chegar à proposta bilíngue: a obrigatoriedade da fala oral<sup>14</sup> banindo a sinalização, o que desconstruiu o trabalho realizado até aquele momento para os surdos no campo educacional; o uso de sinais na estrutura do português com a

<sup>14</sup> Para mais informações sobre Oralismo, Bimodalismo, Comunicação Total e Bilinguismo sugere-se publicações das seguintes autoras: Quadros (1997), Ferreira-Brito (1993), Fernandes (2006) e Goldfeld (2002).

oralização no Bimodalismo; o uso de sinais, por vezes trazidos de outra língua, na Comunicação Total e o Bilinguismo considerando Libras e a cultura surda, bem como a Língua Portuguesa e a cultura ouvinte.

Para a realização do trabalho docente com o estudante surdo, este conta com um importante aliado, o intérprete da língua de sinais<sup>15</sup>. Este profissional é o responsável por transmitir o conteúdo para o estudante sem prejudicar o entendimento do mesmo, por meio de interpretação. Sobre o ato de interpretar, Quadros (2007, p.27) comenta que este

[...] envolve um ato cognitivo-linguístico, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes [...]. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos.

Pelo desconhecimento em relação a este profissional por parte do docente, algum desconforto pode ser gerado, pois na visão deste o intérprete é alguém que está na sua sala de aula, porém não é seu aluno, também não está ali como segundo professor, então, quem é este profissional? Pode-se inferir que a função do intérprete é a de transmitir o conteúdo ministrado pelo professor de uma língua para outra. Não está no espaço escolar para avaliar ou julgar o trabalho docente, mas sim colaborar quando possível. Em relação ao intérprete é possível fazer algumas reflexões que vão além do trabalho deste em sala de aula e é justamente sobre a função do intérprete que estas reflexões são geradas.

Sabe-se que por vezes o ambiente escolar exige que em outros momentos os estudantes tenham que frequentar este espaço, seja para feira de ciências, evento esportivo, evento do dia da família e tantos mais que levam estudantes e comunidade escolar a ocupar o espaço acadêmico fora do período convencional. Mesmo em seu turno escolar é possível citar alguns momentos, como a chegada alguns minutos antes do horário de entrar em sala e o intervalo para lanche são exemplos práticos e vale a reflexão: o intérprete acompanhará este estudante?

---

<sup>15</sup> Quando mencionado este profissional no decorrer do texto, será utilizada a expressão “intérprete” e não “tradutor”, por entender que seja o termo apropriado neste momento, conforme Lacerda (2014, p. 14) “traduzir estaria ligado à tarefa de versar de uma língua para outra trabalhando com textos escritos. [...] Já interpretar está ligado à tarefa de versar de uma língua para outra nas relações interpessoais [...]”. Como este trabalho em sala de aula requer a atuação simultânea entre as línguas em questão justifica-se a utilização do termo utilizado.

Neste sentido entende-se que a escola tem a função de proporcionar uma educação libertadora, para além do aspecto educacional, levando o professor não apenas a transferir conhecimento ao estudante, mas sim criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2016). Nas palavras de Brandão (2007, p. 7) “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar”. Para esta realização a escola proporciona um conhecimento de mundo ao público que a frequenta, fazendo com que este estudante tenha curiosidade para descobrir além, o que implica em desbravar o que o cerca, ou seja, acessará outros espaços que não os da escola ou mesmo os espaços que são de uso frequente como bancos, serviços de saúde, cursos a parte do ambiente escolar, lojas, teatro enfim, todo espaço destinado ao acesso de ouvintes são os espaços destinados aos surdos também.

Para que haja este desenvolvimento, quando estas interações são proporcionadas desde a mais tenra idade, as funções psicológicas<sup>16</sup> inserem a sociedade no homem, o biológico no psicológico e vice-versa, rompendo com as concepções biologicistas ou deterministas do desenvolvimento humano e de processos de aprendizagem, pois “as funções psicológicas especificamente humanas se originam nas relações do indivíduo e seu contexto cultural e social” (REGO, 2014, p. 41).

Contribuindo para estas relações entre surdos e ouvintes é necessária esta relação do indivíduo com a sociedade que o cerca. A este respeito, Vigotski afirma que as características tipicamente humanas “resultam da interação dialética do homem e seu meio sociocultural” (REGO, 2014, p. 41). Em outras palavras, esses processos dependem tanto do indivíduo e das relações que ele estabelece, como de seu meio físico e social, ou seja, a constituição deste ser é um mero reflexo das determinações sociais e da diversidade cultural a que ele pertence. O ser humano é assim um ser biológico, psicológico e cultural, sendo que na ausência do outro, o homem não se constrói homem (Molon, 2010), auxiliando na sua compreensão de mundo.

---

<sup>16</sup> Na perspectiva vigotskiana, as funções complexas do pensamento seria formada principalmente pelas trocas sociais e, nessa interação, o fator de maior peso é a linguagem, ou seja, a comunicação entre os homens (PALANGANA, 2015, p. 103).

### 3 DISCUTINDO OS DADOS ENCONTRADOS

Este capítulo visa expor os dados gerados por meio dos instrumentos utilizados nesta pesquisa a fim de contribuir para uma melhor compreensão do trabalho docente que vem sendo realizado com estudantes surdos no ensino superior.

Para facilitar o entendimento deste capítulo este encontra-se subdividido em quatro sessões, sendo estas: 4.1 Conhecendo os participantes da pesquisa; 4.2 A IES e o auxílio ao docente na inclusão do estudante surdo na educação superior; 4.3 O trabalho docente com a presença do estudante surdo na sala de aula; 4.4 A atuação do intérprete junto aos estudantes surdos e 4.5 Desafios encontrados pelos estudantes surdos a partir de seu ingresso no ensino superior.

Neste momento, finalizando as etapas propostas por Minayo (2015), no que tange ao tratamento do material empírico e documental, apresenta-se os dados obtidos após tratamento do mesmo.

#### 3.1 Conhecendo os participantes da pesquisa

Esta sessão da pesquisa visa apresentar ao leitor o perfil dos participantes, sendo estes os intérpretes de libras, estudantes surdos de graduação e docentes destes estudantes, como explicitado anteriormente.

Traz-se inicialmente um importante profissional no trabalho do docente com o estudante surdo: o intérprete, que foi representado nesta pesquisa por duas intérpretes da instituição comunitária. Ambas com especialização na área de educação de surdos, sendo um dos pré-requisitos para atuação deste profissional, conforme legislação vigente (Brasil, 2010). A referida legislação, além de orientar sobre a formação profissional, regulamenta o tradutor e intérprete de Libras como profissional capacitado para executar esta atividade, ou seja, profissionaliza a prática do Tradutor e Intérprete de Libras.

Esta mesma lei relata que a União é responsável pela promoção de exame de qualificação para intérpretes e tradutores de Libras (Prolibras), que foi realizado até

o ano de 2015, passando a não realizá-lo posteriormente<sup>17</sup>, ficando a cargo deste profissional a procura por qualificação.

Tendo em vista que para atuar o profissional deveria possuir Prolibras comprovando sua proficiência, ressalta-se aqui profunda inquietação diante de alguns pontos acerca desta obrigatoriedade. Um destes pontos é a exigência de uma certificação de proficiência para tradutor e intérprete de Libras, realizada por meio de um dia de prova, em detrimento do contato com a comunidade surda e o uso da língua de sinais neste meio e de forma regular. Toma força este certificado, apresentando-se com maior peso do que outros. Deste modo as pessoas que procuram formação para atuar como intérpretes sempre estarão em desvantagem em relação às pessoas que o conseguiram até 2015, sendo que este não é mais ofertado. Como relatado por uma das intérpretes que é Coda<sup>18</sup>, “tão importante quanto a certificação é o contato com a língua de sinais e com a cultura surda” (Ivete).

No caso das intérpretes participantes deste estudo, além da especialização, ambas relatam estar em constante busca por conhecimento na área da surdez. Contam que tiveram suas formações iniciais já nos anos 2000, o que possibilita compreender seus anseios em relação aos surdos e a Libras, pois sabe-se que a partir da década de 1990 a Educação Especial teve grande expansão com a máxima “educação para todos”, o que inclui as pessoas com deficiência. Para uma compreensão de maneira visual do leitor, segue quadro demonstrativo:

Quadro 6 - Perfil profissional das intérpretes

<b>Ítem</b>	<b>Ivete</b>	<b>Iara</b>
Formação	Design	Pedagogia
Contato	Coda	Faculdade
Língua Materna	Libras	Português
Especialização	Educação de Surdos	
Instituição	Comunitária	

Fonte: dados encontrados na pesquisa, 2017.

<sup>17</sup> O Prolibras, fornecido pela União teve seu início no decreto de 2005 com validade de dez anos, finalizando em 2015, mas não foram realizadas 10 edições, o que prejudicou os interessados.

<sup>18</sup> “Os filhos de pais surdos passam a ser referidos como Coda a partir da criação da organização internacional Children of Deaf Adults (Coda), por meio da realização de congressos locais, nacionais e internacionais iniciados nos Estados Unidos” (QUADROS, 2017, p. 63).

No que tange os estudantes é possível apurar que uma é mulher e dois são homens, com faixa etária variada que abrange as idades entre 20 e 50 anos. O que sobressai no caso destes estudantes é o apoio que recebem de seus familiares, que os encorajaram a dar continuidade aos estudos, inclusive para cursar o ensino superior, modalidade a qual frequentam neste momento.

Quadro 7 - Perfil dos estudantes

<b>Itens</b>	<b>Elisabete</b>	<b>Elvis</b>	<b>Eloi</b>
Curso	Direito	Engenharia	Design
Gênero	Mulher	Homem	Homem
Instituição	Privada	Pública	Comunitária
Comunicação	Oral sem intérprete	Oral sem intérprete	Libras com intérprete

Fonte: dados encontrados na pesquisa, 2017.

A respeito dos docentes que atuaram com estudantes surdos, que responderam ao questionário, constatou-se que 5 são professores e 5 são professoras. Em relação ao sexo dos participantes, podemos observar que este dado difere do que comumente encontra-se quando se fala em docentes, pois geralmente estas são mulheres, o que sugere uma ruptura para um modelo de docência que legitima a mulher para esta profissão, como revelam Melo e Oliveira (2006, p. 138) “o sexo feminino ainda permanece marcado pelo estereótipo do papel dos “cuidados”, escolhem as áreas vinculadas à educação, saúde e a assistência social”.

Ressalta-se que este equilíbrio entre professores e professoras dá-se também nos cursos pesquisados, de acordo com o retorno dos questionários, pois no curso de Engenharia há um homem e uma mulher; em Direito dois homens e duas mulheres e no curso de Design também foram dois homens e duas mulheres respondentes, o que reforça a ideia de quebra de paradigma, quando se reporta a cursos que não encontram-se na área da licenciatura, como alguns estudos tem apontado, como exemplo cita-se as pesquisas de Mendes (2017), Agapito (2013) e Cardozo (2016).

Quanto a média de idade destes profissionais identifica-se que esta é de 42 anos, sendo o que professor mais novo disse ter 27 anos, enquanto que o docente

com mais idade mencionou ter 78. Estes profissionais citados são os que apresentam maior diferença em relação aos demais. Dos docentes entrevistados 4 nasceram na década de 70 e outros 4 na década de 80. Refletindo sobre esta situação, entende-se que a maior parte dos docentes teve sua formação inicial antes da década de 1990, época na qual não se abordava temas como inclusão e educação especial.

Em relação ao percurso acadêmico destes docentes constatou-se que dos 10 participantes 6 possuem mestrado, 2 concluíram doutorado e 2 especialização. De acordo com Pimenta e Anastasiou (2002) a pós-graduação oportuniza o aperfeiçoamento nas pesquisas em suas áreas de formação inicial, mas não proporcionam reflexão no trabalho docente. Neste sentido, Gil (2005, p. 15) endossa esse entendimento ao relatar que “possuindo títulos como os de Mestre ou de Doutor, os professores que lecionam nos cursos universitários, na maioria dos casos, não passaram por qualquer processo sistemático de formação pedagógica”.

Dos cursos de mestrado e doutorado realizados pelos docentes, verifica-se que a grande maioria tem relação com suas formações iniciais, ou seja, Direito, Engenharia e Design não fortalecendo questões voltadas a profissão docente, o que não aproxima os docentes desta questão. Considerando que o trabalho com surdos demanda adaptações, e neste sentido o conhecimento pedagógico fará diferença no trabalho docente, tendo em vista que muito dessa prática se dará quando do contato dos docentes com o estudante em sala, o que levará à próxima questão deste perfil, que aponta para um possível contato destes professores e como este ocorreu.

Quadro 8 - Perfil dos docentes

<b>Ítem</b>	<b>Comunitária</b>	<b>Privada</b>	<b>Pública</b>
Quantidade	4 docentes	4 docentes	2 docentes
Curso	Design	Direito	Engenharia
Gênero	2 homens e 2 mulheres	2 homens e 2 mulheres	1 homem e 1 mulher
Pós graduação	3 mestres e 1 doutor	2 mestres e 2 especialistas	1 Mestre e 1 Doutor
Contato com surdos?	4 sim	4 sim	1 Sim e 1 não
Docência no ensino superior	Média de 7,5 anos	Média de 4,5 anos	Média de 9 anos

Fonte: dados encontrados na pesquisa, 2017

Analisando os questionários que retornaram, verificou-se que, dos 10 (dez) docentes, 9 (nove) responderam já ter tido contato com pessoas surdas anteriormente e apenas 1 (um) docente respondeu que não. A informação do docente, em não ter tido contato com um estudante surdo chama a atenção, já que os docentes foram selecionados para essa pesquisa por ter estudantes com surdez no ano de 2016. Para poder compreender este equívoco, recorreu-se à ideia de que a surdez é algo não visível, ao contrário de outras deficiências que são identificadas assim que o contato entre as pessoas é realizado, como é o caso de uma pessoa cadeirante, por exemplo.

Nos casos em que houve contato entre docente e estudante surdo, a comunicação foi intermediada por um intérprete (reforçando o fato deste ser importante no desenvolvimento do estudante) ou mesmo por leitura labial, pois alguns surdos eram oralizados, sendo possível a comunicação. Sobre o tempo dedicado à docência no ensino superior recorremos à Huberman (2007) que utiliza-se de fases para classificar o período docente em que os professores se encontram. Deste modo temos 3 docentes com até 3 anos de docência, que se encaixam na fase nomeada por Huberman de fase de “exploração” e descoberta do novo; 2 docentes na fase de 4 a 6 anos, chamada fase de “estabilização” e 5 professores de 7 a 25 anos de docência estão fase da “diversificação”, momento em que “as pessoas lançam-se então numa pequena série de experiências pessoais, diversificando o material didático, os modos de avaliação, a forma de agrupar os alunos, as sequências de programa, etc” (HUBERMAN, 2007, p.41).

Sobre o docente ter tido contato com estudantes surdos identificou-se diferentes relatos em relação ao que são desafios para estes docentes, ou seja, desde não haver qualquer desafio, pois estavam amparados pelo intérprete, supondo haver uma disponibilidade do docente para lidar e aprender com este estudante no dia a dia, e, como era de se esperar, foram relatados desafios relacionados a comunicação quando estes estudantes, por não solicitar previamente, não tinham intérpretes. Como os estudantes oralizavam e não tinham intérpretes por entenderem não haver necessidade acabava que os docentes desconheciam ter alunos surdos em sala de aula. Sobre não ter desafios, destacamos a seguir algumas opiniões:

*“na maioria das vezes o professor nem toma conhecimento das limitações do aluno. O próprio aluno diante de suas limitações emprega maior empenho para absorção do conteúdo como leitura labial, ou mesmo solicita os textos correspondentes ao professor”.*

*(Elias)*

Para outra docente, verifica-se uma situação semelhante quando esta relata que

*“não tive desafios até o momento, a aluna com deficiência participou normalmente das atividades”*

*(Fátima)*

Estes trechos revelam experiências que demonstraram não serem desafiadoras para os docentes em relação ao trabalho desenvolvido com o estudante. Entretanto, destaca-se a fala de Elias que remete à surdez ser algo invisível por não ser perceptível em um primeiro contato. Considerando que as deficiências podem se caracterizar por um maior ou menor grau de comprometimento que irá refletir no modo como o outro lida com o sujeito com deficiência. No caso do indivíduo surdo, compreende-se que a surdez pode levar a dois tipos de comportamentos: - a pessoa pode não passar por situações de estigmas e preconceitos pelo fato da deficiência não ser identificada inicialmente, - a invisibilidade do sujeito como resultado da não identificação da deficiência. Shiroma ou veiga-neto invisibilidade da deficiência

Em relação a dificuldade que há na comunicação algumas respostas nos chamam atenção como esta a seguir:

*“Dificuldade em falar mais devagar (por parte da professora).  
Dificuldade de comunicação e atenção por parte do aluno”*

*(Salette)*

Alinha-se à essa fala, o desafio de outro docente em relação a comunicação com o estudante surdo, bem como do estudante para o docente:

*“Comunicação, entender e ser entendido”*

*(Paulo)*

Como se pode observar, a relação de docente e estudante passa pela comunicação e esta é intermediada pelo intérprete, logo, este torna-se importante

ator na comunicação entre as partes e responsável pela interlocução entre docente-estudante-conteúdo, porém, não deve-se entender que este é o único caminho. Compreende-se que os docentes também podem aprender a língua de sinais, o que seria pertinente por dois motivos: o primeiro seria para não depender exclusivamente do auxílio do intérprete e o segundo pelo fato deste estudante sentir-se amparado em sua língua pelo docente, o que poderia ressignificar esta relação para algo realizado de forma empática, ou seja, este docente entenderia a relação professor-aluno surdo e suas especificidades.

Compreende-se a dificuldade que a pessoa surda tem em se relacionar com indivíduos ouvintes, em função da comunicação. Ferreira Brito (1993) esclarece que a língua de sinais foi criada com o objetivo de incluir os surdos na sociedade. Neste caso, o movimento a ser realizado é do ouvinte aprender Libras, ou pelo menos tentar uma comunicação com o surdo, já que não é possível, pelo menos a todos os surdos, oralizar. Desta maneira o processo inverso seria coerente. Com a comunicação prejudicada é fato que a aula para o estudante surdo não seja mais interessante, comprometendo assim a atenção por parte deste, como revelado em uma das falas.

Em síntese, pode-se afirmar que na maioria dos casos há uma ligeira preocupação pedagógica dos docentes em relação ao estudante surdo estar inserido em sua aula, porém não ficam claros os recursos que podem ser utilizados para com este estudante, bem como quem pode auxiliar neste processo, ficando a cargo do intérprete oferecer respaldo quando necessário. Questões referentes ao apoio institucional são encontradas no subcapítulo a seguir.

### 3.2 A IES e o auxílio ao docente na inclusão do estudante surdo no ensino superior

Este subcapítulo oportuniza conhecer, com base no que foi respondido nos questionários aos docentes, qual o apoio institucional e como este é realizado neste espaço. É possível acompanhar o retorno dos professores no Eixo 2 do questionário. Quando perguntados se a instituição oferecia cursos de formação continuada visando auxiliar o professor no seu trabalho junto ao estudante surdo obteve-se 6 (seis) respostas negativas (60%) e 4 respostas positivas (40%).

Esta situação torna-se interessante pois apresentaram dissonância em relação as respostas dos participantes, pois docentes da mesma instituição relataram opiniões contrárias, alguns disseram que este apoio existe enquanto outros citaram que não existe. Este retorno faz pensar sobre como estas ações são tratadas dentro das instituições, pois seus próprios docentes não reconhecem estas como um apoio institucional que poderia ser benéfico para estudantes e para eles mesmos.

Outra pergunta neste eixo foi saber sobre o acompanhamento ou suporte institucional ao professor bem como ao acadêmico que apresenta surdez. Foram computadas 6 respostas positivas (60%) neste quesito, ou seja, seis docentes reconhecem que a instituição os acompanha ou dá suporte e dos 4 docentes restantes 2 responderam apenas “não”, mas 1 disse que não e não sabia especificar enquanto que outro respondeu “*a instituição não tomou conhecimento formal das limitações da aluna*” (Elias).

Dos respondentes que assinalaram a alternativa “sim”, um docente respondeu que este apoio se daria por meio de intérprete, se fosse o caso, e que a instituição os comunicou previamente sobre o estudante surdo. E ainda complementa:

*“Realizamos reunião para pensarmos nas melhores estratégias e darmos apoio necessário. Também mantive contato constante com a coordenação do departamento”*

(Carmem)

Outros docentes também relataram sobre intérprete e apoio psicopedagógico, como Heloísa e Carlos, que partilham da opinião de Carmem, como segue:

*“Através da coordenação temos suporte e orientação para lidar com as situações que surgem”.*

(Heloísa)

A docente Joana acaba fazendo um alerta que é importante revelar:

*“Vale ressaltar que o número de alunos vem aumentando e a capacidade do suporte não”*

(Joana)

Como apresentado anteriormente, esta preocupação da docente Joana vai ao encontro do que revelou a nota informativa publicada pelo MEC e esta deve ser uma inquietação constante, pois conforme as políticas surgem garantindo acesso e permanência nas IES esta preocupação torna-se legítima.

Novamente aparece na fala de Paulo sobre o apoio institucional, relatando que este acontece, mas apresenta ressalvas:

*“Na verdade eu diria que se o professor procurar por ajuda ele terá suporte, mas não vejo uma proatividade. Quando dei aula para o aluno surdo não recebi orientação de como preparar a aula ou mesmo como agir”*

*(Paulo)*

Vale lembrar que as instituições públicas federais e estaduais, bem como as instituições privadas e de cunho comunitário aplicam as políticas que são a elas apresentadas pelo Ministério da Educação e a maneira como o farão fica a cargo de cada uma, seja criando setor específico para este fim ou realizando formações para docentes e funcionários, porém é importante ressaltar que independente da ação realizada, esta deve ser executada por todos, ou seja, é de responsabilidade de todos os envolvidos auxiliar para que a inclusão seja efetiva dentro da instituição.

A próxima questão do eixo discorre sobre qual recurso a instituição disponibiliza no atendimento do acadêmico surdo. Nesta questão existe a possibilidade de assinalar mais de uma opção, sendo estas: intérprete, monitores, apoio pedagógico e outro, caso algum docente quisesse explicitar outra forma de apoio não contemplada nas opções.

Nesta questão 7 docentes assinalaram algum tipo de recurso disponibilizado pela instituição e apenas 3 responderam que não, sendo que um docente respondeu que não era disponibilizado, outro não assinalou e um outro não sabia dizer. Dos respondentes que entendem ter estes recursos os que mais apareceram foram apoio psicopedagógico em 6 questionários e em alguns também foi lembrado da intérprete. A resposta de Paulo chama atenção, pois ao assinalar a opção “outro”, relata que:

*“Como o aluno está em fase de TCC, estou recebendo apoio da pedagoga”.*

*(Paulo)*

Diante das falas apresentadas é importante destacar que o apoio deve ser institucional, ou seja, de toda a instituição e não apenas de um setor especificamente, como esclarece Jesus (2010) quando comenta que trabalhar com o estudante público alvo da educação especial é trabalhar de forma colaborativa e para isso é necessário o envolvimento de todos, ou seja, que o aluno é de toda a escola e não apenas do AEE, por exemplo. A autora refere-se a educação básica originalmente, mas este pensamento é válido e pode ser aplicado no ensino superior também, pois entende-se que a questão da educação especial é pauta de todos os níveis de ensino.

A última questão deste eixo versa sobre políticas de inclusão voltadas a estudantes com deficiência e em relação ao surdo. Esta questão tinha como opção “sim”, “não” e em caso afirmativo pedia para o respondente fazer menção a esta política. Na devolutiva temos 2 docentes que não assinalaram sim ou não, mas escreveram “não sei dizer” e outro que escreveu “prejudicado”. Dois docentes responderam “sim”, mas não souberam responder qual política, enquanto que outros 2 responderam apenas “sim” sem complementar sua resposta. Os outros 3 docentes colaboraram de forma a explicitar seus entendimentos em relação a esta questão, como se pode observar nas seguintes falas:

*“Acessibilidade, programas de relacionamento com o estudante”.*

*(Joana)*

*“Central de relacionamento com o estudante”.*

*(Carlos)*

Um questionário retornou com respostas mais amplas, expondo seu ponto de vista de forma clara e que faz refletir sobre o que se entende sobre as ações realizadas nas instituições, como visualiza-se a seguir:

*“Avalio que há certa dificuldade na implementação da política. Visualizo muitas estratégias pontuais e não necessariamente instrumentos de políticas com a participação de diferentes atores (professor, gestor, servidores, alunos)”.*

*(Carmem)*

Observa-se que mesmo desconhecendo exatamente o como agir com os estudantes surdos, há preocupação de parte dos docentes para que algo seja feito e

a quem procurar caso seja necessário. Entende-se também que as ações institucionais devem ser mais claras e realizadas frequentemente, para que não se tornem ações pontuais que logo serão esquecidas, pois o que se tem como referência são formações antes de iniciar o ano letivo onde a maioria dos professores acabam por não participar ou por não encontrarem este público em sua sala de aula não compreendem o objetivo da ação proposta ou como são ações pontuais muitas vezes, não tem continuidade e as pessoas não entendem isto como um trabalho diário e sim atividades específicas como se o público alvo destas atividades necessitasse destas apenas naquele momento.

Retomando os objetivos secundários desta pesquisa, em especial nesta sessão que visa identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior, considera-se que há por parte dos docentes um conhecimento prévio de que a instituição proporciona auxílio, mas a forma como este auxílio é ofertado fica vago, pois os docentes não conseguem identificar ações reais que os apoiem de fato em sala de aula, pois quando retratam algum auxílio este fica a cargo de alguma ação pontual.

Inferre-se que as situações existentes na relação estudante surdo – professor ouvinte se darão quando, de fato, este estudante estiver em sala de aula, ou seja, por mais que existam formações é na prática que este professor irá manifestar seus anseios perante tais situações, o que formação nenhuma poderá prever, como podemos compreender nesta sessão, pois aos docentes que nunca tiveram contato com estudantes público alvo da educação especial fica a cargo da imaginação sobre como lidar com este.

Pode-se entender também que, a medida em que as situações são vivenciadas com o estudante surdo estas são repassadas para pessoas com mais experiência neste assunto e então serão providenciadas ações para prover resolução dos episódios protagonizados por estudantes e docentes, ou seja, a partir da demanda é que será realizada alguma ação.

### 3.3 O trabalho docente com a presença do estudante surdo na sala de aula

Entende-se que a efetivação do trabalho docente passa por diversas nuances até sua concretização em sala de aula, como a formação inicial ou continuada deste profissional, por exemplo. Considerando que esta discussão não é foco desta pesquisa esta não será abordada com profundidade, ficando esta questão como sugestão para leitura em trabalhos já realizados (JUNKES, 2006; GATTI, 2010).

Sobre o trabalho docente, alguns professores relatam disponibilizar antecipadamente o conteúdo em plataformas específicas para os estudantes. Relataram também preocupação em relação às correções de trabalhos e provas, já que o estudante surdo escreve de uma maneira diferente, como já foi abordado nesta pesquisa. De acordo com Joana há preocupação

*“Especialmente na hora de correção dos trabalhos, uma vez que a escrita do surdo é diferente”*

*(Joana)*

Esta passagem vai ao encontro do que nos diz Góes (2012, p. 3) quando relata que “estudos sugerem que pessoas surdas, mesmo depois de terem passado por longo período de escolarização, apresentam dificuldades no uso da linguagem escrita”. Como é algo ao qual docentes não estão familiarizados, vale destacar aspectos que são importantes para o entendimento de como funciona para o surdo a escrita em língua portuguesa bem como sua relação com a língua.

A pesquisa de Gesuelli (1988, apud Góes, 2012) relata uma experiência com alfabetização inicial e destaca algumas características encontradas, como a sequência de apresentação das palavras que não cumprem uma ordem convencional da língua portuguesa e os enunciados compostos com predomínio de nomes que, por vezes, substituem verbos, por exemplo.

Há dificuldades mesmo com surdos adultos, como mostra pesquisa desenvolvida por Fernandes (1989 apud Góes, 2012) que realizou avaliação por meio de um conjunto de provas que abrangia completar frases, inserir preposições, redigir bilhetes e responder pequenos questionários. Neste trabalho evidenciou-se boa incorporação da ortografia decorrente do refinamento da capacidade visual do surdo, com ressalvas para questões relacionadas a acentuação (por depender, em

grande parte, do domínio da tonicidade de palavras faladas) e apresentou também outras dificuldades como limitação do léxico, impropriedade no uso de preposições e na inserção de advérbios, uso inadequado de verbos entre outras.

Além das dificuldades com relação a escrita há desafios também em relação a leitura e compreensão de textos realizada por surdos. Este fato fica evidente na pesquisa conduzida por Souza e Mendes (1987, apud Góes, 2012) quando analisaram níveis de leitura e de produção escrita alcançados por um grupo de estudantes surdos de 13 a 20 anos de diferentes instituições de ensino. Foi constatado que um percentual pequeno do grupo conseguia ler livros infantis ou juvenis; mais da metade conseguia interpretar apenas textos curtos e outros apresentavam possibilidades ainda mais limitadas de compreensão.

As situações aqui compartilhadas podem justificar o porquê de, geralmente, os surdos serem considerados incapazes ou de serem estigmatizados como “bravinhos” ou “nervosinhos”, quando na verdade são mal compreendidos, pois o que foi oferecido ao surdo na educação básica é diferente do que é proporcionado ao ouvinte e acabam convergindo para este déficit encontrado em relação a leitura e escrita. Diante dos fatos, Goldfeld (2002, p. 62) descreve que “não tendo acesso a uma língua estruturada, a qualidade e a quantidade de informações e assuntos abordados são muito inferiores àqueles que os indivíduos ouvintes, em sua maioria, recebem e trocam”.

Para o ouvinte o aprendizado da Língua Portuguesa é algo do seu cotidiano, mas “para muitos surdos, resistir à Língua Portuguesa e orgulhar-se da Libras é uma forma de representar a valorização da língua de sinais, enquanto a segunda língua é vista como uma língua de tortura, de opressão, uma língua que remete ao erro” (NEVES; QUADROS, 2015, p. 147)

Desta maneira algumas ações são tomadas em relação as pessoas consideradas público alvo da educação especial, como descreve Roldão (2008, p.10), “[...] se reduz o nível de aprendizagem e de exigência para uns – os portadores de diferenças, os mais difíceis, etc – e se acentua a seleção social dos que melhor se adaptam à norma”, porém estas medidas acabam por prejudicar ainda mais a qualidade do conteúdo que o surdo recebe, pois para ele é ensinado o mínimo, como se este não tivesse condições de ir além.

Observa-se aqui que esta não participação é fruto de uma deficiência social e linguística e não de incapacidade ou problemas inerentes a surdez. Estas falhas estão diretamente relacionadas às experiências proporcionadas a estes surdos, pois como relata Vygotski (2014) a condição cultural colabora para levar o indivíduo, convencional ou diferente, a um desenvolvimento multilateral, o que vem ao encontro da intervenção realizada pelo social de levá-lo a superação biológica.

Barroco (2012, p. 44) comenta que “[...] o desafio que se apresentava ao processo educativo era o de levar a criança, a partir de um estado primitivo da psique a tornar-se homem cultural”. Complementa ainda dizendo que “pela educação, ela deve ser reequipada, o que lhe permite superar sua condição biológica inicial” (BARROCO, 2012, p.44). Isto significa que o convívio em sociedade contribui no desenvolvimento e na constituição do sujeito enquanto pessoa, o que acaba prejudicando o estudante surdo por não ter interagido com outras pessoas em função de não haver comunicação.

Dando continuidade a análise deste subcapítulo evidencia-se a percepção docente em relação a importância da intérprete de acordo com alguns relatos, como o de Carmem, que diz: “*É relevante, mas deve-se avaliar a situação [...]*”. Para Carlos, o intérprete é “Essencial”. Para Paulo “*ele é a ponte, o elo entre a informação que o professor está transmitindo e o aluno*”. Este mesmo docente expressa uma preocupação: “*Não deve realizar atividades pelo aluno*”.

Apesar de ficar evidente a importância da intérprete, a preocupação em relação a esta realizar atividades pelo aluno, bem como a fala de Carmem quando relata “*mas deve-se avaliar a situação*”, causam estranhamento e acaba por gerar uma dúvida: estes docentes sabem a real função do intérprete de Libras no contexto do ensino superior? As respostas dos docentes mostram que não, fornecendo subsídio para inferir que além da intérprete de Libras é necessária a realização de formações que proporcionem avanços nos conhecimentos do professor para que este possa progredir no processo de ensino-aprendizagem do estudante surdo, sem suprimir o conteúdo a ser trabalhado ou mesmo nas avaliações. Nestas formações poderiam ser dadas informações que aproximariam os profissionais envolvidos na educação de surdos, causando empatia em relação ao trabalho dos demais colaboradores.

Neste sentido, compreende-se como relevante na educação de surdos a sensibilidade e a empatia com que o professor trabalhará com este estudante. Isto pode ser evidenciado na frase a seguir quando o professor relata ser importante

*“A empatia, pois ao me colocar no lugar dele eu consigo perceber e compreender as suas dificuldades”*

*(Paulo)*

Alguns autores abordam o termo afetividade como sendo pertinente ao ensino e a relação professor-aluno. Tassoni (2000, p. 3) relata que “toda aprendizagem está impregnada de afetividade, já que ocorre a partir das interações sociais, num processo vincular”. Sobre as interações realizadas entre os atores envolvidos no processo ensino aprendizagem a autora destaca que “existe uma base afetiva permeando essas relações” (TASSONI, 2000, p. 3).

Destaca-se aqui esta relação principalmente com surdos, pois desta maneira, como citado por Paulo, cria-se laços e vínculos que aproximam estes sujeitos e vincula a um aprendizado real do que está sendo proposto, tanto para a afetividade entre professor-aluno, quanto para a afetividade em relação ao conteúdo proposto (TASSONI, 2000; LEITE, 2012). Caso esta aproximação não seja possível e a empatia não possa ser exercitada, o que pode gerar algumas dúvidas em relação ao como lidar com este estudante pode-se pedir auxílio aos demais colegas professores para amenizar esta situação.

Neste sentido, cabe neste momento destacar a ideia de Nóvoa (2011) sobre formação, que se pode aplicar nesta situação do trabalho docente. O autor sugere que a formação venha de dentro da profissão, de professor para professor, o que facilitaria a busca por estratégias de ensino, bem como nas posturas a serem adotadas com o estudante surdo em sala de aula, pois seria um compartilhar de informações e um entendimento real de ambas as partes dos desafios postos diariamente no ambiente escolar, como forma de acolhimento de professores mais experiência para com os mais novos na profissão (NÓVOA, 2011). Trazendo esta teoria para a prática, o estudo de Nascimento, Silva e Antunes (2010) evidencia que o trabalho em conjunto, bem como tempo próprio para o planejamento em conjunto fortalece a empatia do grupo para com a situação da educação especial trazendo

ainda motivação para os docentes que muitas vezes percebem-se sem ânimo, pois parece que seu trabalho não está sendo efetivo.

A proposta trazida por Nóvoa (op. cit.) auxiliaria professores em relação ao atendimento com os estudantes surdos, porém não extinguiria os desafios relatados. Como citado anteriormente, por mais que seja imprescindível a presença do intérprete em sala de aula, seria de grande contribuição os docentes aprenderem a língua de sinais, mostrando desta forma um acolhimento maior ao estudante surdo.

Retomando a questão da surdez ser algo invisível, fica claro nas respostas de alguns docentes que estes não sabiam que em sua aula existia uma pessoa com essa característica. Na geração de dados a partir dos questionários respondidos havia questionários que não eram respondidos com a justificativa de não atenderem este público.

Em suma, é compreensível que o estigma de pessoas bravas seja atribuído ao surdo, mas compreendendo o contexto no qual ele está inserido durante boa parte de sua vida é possível fazer uso da empatia para, enquanto ser histórico-cultural querer participar de uma vida social e não poder fazer uso disto, querendo comunicar-se e não ser entendido é ter motivos plausíveis para justificar este rótulo, portanto é necessário reconhecer que esta situação é reflexo de toda uma trajetória na vida deste surdo, o que promoveu a construção deste estigma. Desta forma é necessário desconstruir isto promovendo a socialização entre surdos e ouvintes e descobrindo que trata-se de um falso estigma, sendo vítima de falta de comunicação apenas.

Percebe-se, ainda, que o professor deve contemplar outros aspectos do fazer docente, além da profissionalidade, como fazer uso da empatia e afetividade, por exemplo. Neste processo é possível contar com o auxílio dos intérpretes como se verá a seguir.

Ao revisitar o objetivo específico que tem relação com este capítulo, ou seja, o de analisar como acontece o trabalho docente na perspectiva do professor da disciplina da graduação junto ao estudante surdo, entende-se, que de acordo com as respostas fornecidas pelos docentes é que se encontra extremos nas atitudes dos professores: há aqueles que tentam aprender sinais, colocando sua empatia em uso, gerando uma proximidade com o estudante surdo e há aqueles que ficam na

dependência da intérprete para que o conteúdo de sua aula seja transmitido a este estudante. À medida em que este docente conscientiza-se de que quem está no comando da sala de aula não é a intérprete, a responsabilidade recai sobre o professor da turma, incluindo o acadêmico surdo que faz parte dela.

Há pontos que devem ser ressaltados em relação ao trabalho docente, como o entendimento dos docentes em relação a escrita do surdo, pois não houve posição contrária em relação a sensibilidade para poder entender o que este estudante quer dizer quando faz uso do português escrito, o que é motivo para comemorar.

Fica evidente que quanto mais o docente busca por informação mais ele terá facilidade para lidar com as situações nas quais o surdo está envolvido. Na qualidade de responsável pela turma e detentor do conhecimento naquele momento o professor não se permite falhar e em função disto exime-se de ter contato com o surdo, pois isto implicaria, provavelmente, em alguma ação que inicialmente não seria adequada por falta de conhecimento do docente o que gera anseio, o que para o professor parece proibido.

#### 3.4 A atuação do intérprete junto aos estudantes surdos

Neste subcapítulo procurou-se, por meio de entrevista com intérpretes e com base em algumas respostas nos questionários aplicados aos docentes, conhecer a atuação deste profissional bem como os desafios e os acertos obtidos enquanto estavam atuando nesta função, bem como os motivos pelo qual resolveram atuar com Libras. Os relatos podem ser acessados a seguir.

A começar pela razão que motivou as intérpretes a iniciar nesta profissão, Ivete é Coda, ou seja, filha de pais surdos e teve contato com esta comunidade desde criança. Já para Lara seu contato com Libras e pessoas surdas deu-se na faculdade, quando teve um professor surdo na graduação e passou a auxiliá-lo como intérprete nas aulas, pois suas colegas não o entendiam e acabavam por reclamar das aulas e do professor, relatando não aprenderem, o que a incomodava.

No caso de Ivete foi o meio que influenciou seus passos em relação ao seu convívio com surdos, meio este que nos remete à Vigotski (1935, apud Pino, 2010) quando relata que este propicia significados através de experimentações, sendo

influenciador no desenvolvimento da criança. Os conceitos de meio são, principalmente, abordados na quarta aula de Vigotski quando refere-se a questão do meio na pedologia, podendo este ser encontrado no artigo de Vinha e Walcman (2010).

Neste sentido, em ambas as situações pode-se afirmar que foi o meio o provedor de ações fazendo com que as intérpretes participantes reagissem a situações desafiadoras. No caso de Ivete o meio familiar, com contato diário com pessoas surdas, e para Lara foi no meio acadêmico que se deu o impulso inicial aos estudos relacionados a surdos, pois em função do decreto que obriga os cursos de licenciatura oferecerem a disciplina de Libras Lara pode conhecê-la, despertando assim seu interesse em continuar os estudos acerca da língua.

Observa-se que o contato com surdos e Libras, decorrentes do meio foi o que gerou interesse das intérpretes para desenvolver atividades com esta temática e nesse sentido podemos inferir que quando não há exposição da criança surda a um meio em que esta possa desenvolver-se em sua língua, esta ausência traz reflexos que comprometem a educação deste surdo quando mais velho. Constata-se este fato nas observações das intérpretes quando estas se reportam aos estudantes que auxiliam:

*“O Eloi não é fluente em Libras, também tem muita dificuldade no português, o que é normal pro surdo, mas o dele sinto que é maior assim, dos que eu conheço, né? Às vezes eu percebo que eu tô interpretando e ele não entende, daí eu volto, interpreto pra ele. Normalmente eu volto, mais calmamente ou mostrando”.*

*(Lara)*

Outro exemplo pode ser conferido na narrativa de Ivete, bem como a ação desempenhada para verificar a efetivação do aprendizado:

*“Eloi me contou que aprendeu Libras adulto. Então tinha umas coisas que eu fazia e via que ele não entendia, mas ele mentia pra mim: ‘ah, não, entendi tudo!’ Daí eu fazia umas perguntas pra ver se ele entendeu, aí eu via se ele tinha entendido”.*

*(Ivete)*

Os relatos feitos por Lara e Ivete estão em conformidade com o que apresenta Goldfeld, quando relata que “a aprendizagem tardia de uma língua, como é o caso

de muitos que aprendem a Libras na adolescência ou na fase adulta, não possibilita a reversão total deste quadro” (GOLDFELD, 2002, p. 57).

Surdos com mais idade, por terem aprendido a se comunicar num período em que praticamente não havia acesso a Libras ou mesmo o entendimento do que era surdez e como lidar com tal desafio, algumas famílias acabavam por criar sinais “caseiros”, ou seja, sinais que eram apenas utilizados em casa, não configurando exatamente Libras, o que provoca no surdo estranheza quando interage com outros surdos pois não conseguem identificar a língua falada, que é diferente dos gestos que está acostumado. Em função disso, é pertinente identificar se a pessoa com quem se está interagindo é fluente em Libras, se há repertório suficiente de sinais para uma comunicação e se há um conhecimento a partir de ambas as partes em relação aos sentidos atribuídos aos sinais apresentados, para que seja uma comunicação fluída.

A partir do exposto pode-se pensar em atividades a contribuir para aprimoramento destes sentidos e significados para os sinais apresentados, atividades que podem e devem ser inseridas nos planos de aula. A respeito de planos de aula, o que chama a atenção são as respostas dadas sobre o fornecimento dos planos de aulas às intérpretes, sendo que nas falas destas constatou-se que os professores não enviam seus planos, porém, os docentes relatam fornecer e quando não o faziam mandavam diretamente ao estudante. O fato de não enviar a proposta de aula à intérprete pode refletir diretamente na qualidade da interpretação, pois o plano auxilia a profissional a preparar-se de forma adequada à aula, apresentando o sinal mais coerente a situação de aprendizagem.

Corroborando com o exposto, Martins (2006) relata em artigo publicado em revista científica que a maior dificuldade do intérprete educacional é em relação aos sinais específicos que são utilizados dentro de cada curso, no caso da referida autora trata-se de Arquitetura, o que reforça a insistência em solicitar que os docentes enviem o material que será utilizado em sala anteriormente ao intérprete, pois neste artigo a autora relata que esta lacuna só será amenizada a medida em que o intérprete familiarizar-se com estes sinais e vai além desta familiarização, pensando não apenas em saber realizar o sinal, mas no sentido que este carrega.

As intérpretes precisam atender às necessidades do estudante para que fique a explicação mais clara e que seja efetiva, lançando mão do recurso que está à sua disposição, neste caso o celular, mesmo que isto possa gerar desconforto em sala de aula, como no relato a seguir:

*“Eu percebi no começo, em algumas situações, por eu usar o celular, talvez eles pensem que eu pudesse estar fazendo outra coisa, assim, né?”*

*(lara)*

O uso do celular em sala de aula torna-se um recurso encontrado por lara para apresentar visualmente o que os docentes estão falando, como em uma aula onde estavam estudando obras de arte, por exemplo, pois o professor passava o slide sobre a obra e lara conseguia buscá-la na internet, tornando algumas explicações ao surdo mais claras.

Corroborando com a discussão sobre o envio do plano de aula, bem como das aulas em si, ponto importante a ser observado recai sobre o próprio curso, pois lara está atuando no curso de Design e são sinais específicos, além de haver termos em outra língua e possuindo o material que será utilizado pelo professor pode-se adiantar alguns termos específicos, bem como o que representam, como os que se podem encontrar nos relatos de lara, a seguir.

*“Então, tem procura de sinais específicos na área, os termos, significados... Porque as terminologias são em inglês por exemplo, né? Então eu tenho que pegar a tradução pra ver se tem sinal, significado... Então, foi um desafio”.*

*(lara)*

No caso de Ivete ocorreu de maneira mais amena, pois a formação inicial dela é em Design, o que possibilitou não ter tantos desafios durante o período em que esteve atuando com o acadêmico surdo. Porém, ambas relatam que Libras é uma língua ampla, na qual o profissional atuando com esta necessita estar em constante atualização, o que não é percebido pela IES comunitária. A fala de Ivete reflete bem esta situação:

*“Eu tinha um congresso pra ir, bem importante, mas não deixaram. Até tentei trazer uma intérprete no meu lugar, que já tinha trabalhado aqui, mas disseram que ela era de fora e não podia”.*

(Ivete)

Sobre o desenvolvimento profissional Iara também refere-se a questões sobre formação: *“Então, como eu entrei em Design, foi opa! É isso que eu preciso estudar agora” (Iara)*. Desta forma, é preciso reconhecer que o profissional intérprete, bem como qualquer profissional, necessita buscar tais aperfeiçoamentos para melhorar sua prática, seja auxiliando outros colegas intérpretes, seja na prática em sala de aula para com os estudantes.

Relata-se aqui o cenário que ocorreu com o surdo adulto, mas com a intérprete Ivete pode-se dizer que ocorreu uma exclusão as avessas, ou seja, é comum presenciarmos os desafios encontrados por surdos em uma escola regular, mas o que Ivete vivenciou foi o contrário. Ela, ouvinte, teve como sua primeira língua Libras e quando foi para a escola, de ouvintes, encontrou alguns desafios, mas que foi superado pela interação:

*“Demorei pra falar o português, com 4 ou 5 anos comecei a falar, quando comecei a frequentar a escola e ver as outras crianças. Ah, eu falava coisas muito erradas, aí eles riam de mim. Eu era muito quieta na sala de aula, não falava nem com o professor. Já era ruim ir pra escola, agarrava na perna da minha mãe, na época era minha vó que me levava, então agarrava, não gostava de ir, mas aos poucos foi indo. Também pediram pra eu frequentar o psicólogo, mas também não gostava de ir [risos], mas aí no dia a dia... me colocaram em escola de música, esportes... Isso foi me ajudando, né? Interação, minha interação com as outras pessoas”*

(Ivete)

A narrativa de Ivete contempla um aspecto recorrente como relata Goldfeld, pois “problemas comunicativos e cognitivos da criança surda não tem origem na criança e sim no meio social em que ela está inserida [...], ou seja, que esta criança tenha condições de adquirir de forma espontânea, a língua de sinais”, (Goldfeld, 2002, p. 56), mas neste caso aplica-se esta citação de maneira inversa, pois o que mais se encontra é o surdo não ter este contato. Esta autora ainda relata que “sabe-se que estas dificuldades cognitivas são decorrentes do atraso de linguagem, mas a comunidade geral ainda não tem esta compreensão e em muitas situações ainda percebe-se o surdo sendo tratado como um incapaz” (Goldfeld, 2002, p. 59), o que

reforça o pensamento de que o surdo é capaz sim, porém as oportunidades fornecidas não são suficientes.

Com a ausência da interatividade perante outras crianças esta intérprete ainda revela que:

*“Eu vejo que o Eloi é muito protegido pelos pais, quando vem pra universidade, no início ele achava que a intérprete ia fazer pra ele as coisas, até a prova ele achava. Os professores davam atividade, né, ele achava que a atividade que o professor dava ia ser igual a prova e não era. Ele achava que as perguntas e as respostas iam ser igual. Não! Então ele foi vendo que era diferente, que não era bem assim”.*  
(Ivete)

Estes episódios poderiam ter sido configurados de outra maneira caso o estudante tivesse experiências que o fizessem entender como, verdadeiramente, a escola se apresenta para os outros alunos. É interessante salientar que Ivete faz uma ressalva para este episódio, pois relata que depende de cada aluno manifestar-se durante as aulas caso não tenha entendido algo, pois em outras ocasiões na qual estava interpretando no contexto escolar teve surdos que sempre a questionavam sobre o que estava acontecendo em determinado momento, a respeito das dúvidas que tinham, solicitavam que ela chamasse o professor para sanar dúvidas, entre outros.

Entende-se que o atendimento aos estudantes ouvintes é desafiador, pois cada um aprende de uma maneira, tem seu tempo para aprender, o que implica em realizar o trabalho docente de diferentes maneiras para que os estudantes possam ser contemplados em sua totalidade, isto exige alternativas pedagógicas para que cada um seja tocado e, de fato, consiga aprender, da mesma maneira funciona com surdos e uma das alternativas aplicadas é o uso de material visual como estratégia, como comenta Ivete:

*“O que eu sempre pedia para os professores era materiais mais visuais, pro aluno entender, então os professores entendiam isso, faziam até vídeos, fazer com legenda, trazer vídeos com legenda. Alguns não conseguiam porque pegavam em cima da hora...”.*  
(Ivete)

Este entendimento causou adaptações nas práticas pedagógicas e que resultou em um trabalho que alcançou o surdo, auxiliando-o na compreensão dos

conteúdos estudados. Esta busca por alternativas da prática docente contribuiu na educação do surdo e acredita-se ter contribuído também para os ouvintes, pois foi proposta uma outra maneira de ensino, que pode ter tocado outros estudantes além do surdo, o que gera um novo interesse por aprender.

No capítulo 3 foram apresentados alguns dados sobre o surdo em Joinville-SC e a escola Rui Barbosa que atendia estes estudantes e Ivete ressalta a relevância desta escola para a comunidade surda relatando benefícios que lá os surdos encontravam, lembrando um episódio que presenciou, de uma mãe que foi orientada inicialmente a proibir o uso de Libras com sua filha, pois quando procuraram um fonoaudiólogo este a proibiu de aprender alegando que ela não desenvolveria a fala se aprendesse Libras, porém a mãe mudou de opinião quando comprovou que levar a filha para aprender língua de sinais foi a alternativa correta. Segue o relato de Ivete:

*“Daí tem fonoaudiólogo que ah, não aprende Libras, é proibido. Só que ela não tava desenvolvendo a fala. Que ela é surdez profunda, então é mais complicado, daí quando a mãe dela matriculou a filha no Rui Barbosa e ela aprendeu Libras, viu que ela estava se desenvolvendo na escola, estava aprendendo matemática, estava aprendendo português, ela viu que isso ajudou, que é uma língua, é comunicação, é importante”*

*(Ivete)*

Outro relato de Ivete é sobre o curso de nivelamento que o estudante surdo realizava em período diferente ao de aula, sendo este um momento importante para tirar dúvidas e para melhorar a compreensão do acadêmico em relação a Língua Portuguesa, curso este de nivelamento em Língua Portuguesa que a instituição fornecia:

*“Eu lembro que o que o ajudou bastante era ele frequentar as aulas de português que tinha a tarde”.*

*(Ivete)*

Em alguns momentos Ivete relatou que o surdo vitimizava-se em certas situações, como quando reclamava frequentemente que tudo era difícil, mas não solicitava auxílio, ou que por vezes deixava de realizar sua parte nos trabalhos, o que certo tempo depois ocasionou a recusa por parte dos outros estudantes em deixá-lo participar das atividades nos grupos. Em função disso o Eloi relatava

preconceito contra ele. Houve casos em que o mesmo afirmava ter enviado trabalho aos professores e depois de averiguada a situação ficou comprovado que ele não o tinha feito.

Entende-se que estas situações são reflexo de uma compreensão equivocada do meio acadêmico por parte de Eloi, mas que ele precisou enfrentar, pois era o que apresentava-se à ele. Lembrando que estes episódios foram pontuais e não representam os surdos de uma maneira geral, mas são passíveis de acontecer, do mesmo modo que ocorrem com estudantes ouvintes. Por outro lado Ivete relatou outros casos em que o cenário configurava-se de outra forma, ou seja, situações que apresentaram-se como bem sucedidas.

Em consonância com o que apresentou-se no capítulo 3, Ivete aponta para a importância de escolas bilíngues para educação de surdos, como se pode ver na passagem a seguir, no que tange a trajetória deste surdo na educação básica:

*“Eu acho que a questão da educação básica também que é o problema, que a escola vai passando, passando, passando e chega na universidade o surdo acha que é a mesma coisa, mas não é bem assim. Na faculdade tem que ler mais, a importância de aprender o português também, que lá na escola foi... [neste momento expressa decepção], né? Por isso a importância da escola bilíngue, de ter base lá, forte, pra eles chegarem na universidade e não terem essa dificuldade que eles têm hoje”.*

*(Ivete)*

Esta mesma intérprete ainda resgata um ponto que já apresentado anteriormente, a respeito do espaço com classes para surdos na cidade, a escola Rui Barbosa, e relata o quão transformador foi esta experiência na vida de uma aluna:

*“Conheço alunos que estudaram lá e falaram que mudaram muito a vida deles. Tem a filha da Maria que falou que a filha nasceu com surdez profunda e não foi apresentada à Libras anteriormente, mas quando a mãe matriculou a filha no Rui Barbosa e ela aprendeu Libras, viu que ela tava se desenvolvendo na escola, tava prendendo matemática, tava aprendendo português, ela viu que isso ajudou, que é uma língua, é comunicação, é importante, né? Ela se convenceu que Libras era o caminho”.*

*(Ivete)*

O que foi apresentado neste capítulo provocou algumas reflexões, uma delas diz respeito ao aluno diferente, pois o fato deste “diferente” estudar em sala de aula regular e em função da comunidade escolar não saber lidar com as características e/ou necessidades deste, muitas vezes, não sabe como tratá-lo, reforçando um estigma de que é necessário aprová-lo ou que o diferente é beneficiado com a nota 7 (sete), ou o equivalente para ser aprovado.

Após aproximação com as leis, decretos e informativos para suporte teórico neste trabalho verifica-se que não há respaldo legal para atribuir ao estudante “diferente”, seja ele surdo, deficiente auditivo ou que tenha qualquer outra diferença significativa<sup>19</sup>, ou seja, ele deve ser avaliado da mesma forma como qualquer outro estudante, sendo considerada suas especificidades, o que subentende-se que a ele pode, sim, ser atribuída notas maiores ou menores, dependendo de seu desenvolvimento, o que precisa é adaptar a atividade, a fim de de identificar de outra maneira se o conhecimento foi assimilado pelo estudante.

Outro ponto digno de reflexão é a participação da comunidade escolar em relação a este diferente, que certamente demanda um atendimento diferenciado, porém, se cada profissional cooperar para esta causa o que seria mais uma tarefa pode tornar-se algo que não seja um fardo, pois na escola já encontramos um fenômeno chamado de “escola transbordante”, termo utilizado por Nóvoa (2012) e que resume bem o que pode se tornar este atendimento se delegarmos a uma pessoa apenas, será mais uma atividade a ser realizada.

De modo geral, percebe-se que a atividade do intérprete não se restringiu apenas à interpretação, foi além como auxiliar o surdo em outras questões além do conteúdo acadêmico, fazer esclarecimentos aos docentes sobre sua atividade no momento da interpretação bem como explicar a estes especificidades do trabalho com o surdo para uma melhor compreensão, culminando em um aprendizado real, o que muitas vezes percebe-se que não foi vivenciado pelo estudante anteriormente.

Este capítulo proporcionou identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior, sendo que este trabalho abrange aspectos para além de uma interpretação, pois para que isto ocorra outros aspectos devem colaborar para a realização desta tarefa, como o auxílio dos

---

<sup>19</sup> Amaral (1998) apresenta o termo “diferença significativa”, que expressa diferenças que vão além da cor do cabelo ou a estatura da pessoa.

professores quando se trata do material a ser utilizado em sala, da vivência que o surdo teve anteriormente, o que implica ser fluente em Libras ou não e o uso de materiais visuais para atender às necessidades do acadêmico surdo. Ressalta-se que a experiência da intérprete pode contribuir significativamente para o andamento da aula, pois pode ajudar o docente a elaborar outras formas de expor seu conteúdo.

Foi visto como se desenvolve a atuação de intérpretes de Libras no ensino superior com os surdos e na próxima sessão serão apresentados os desafios encontrados por um dos protagonistas de nossa história: o estudante surdo.

### 3.5 Desafios encontrados pelos estudantes surdos a partir de seu ingresso no ensino superior

Ao iniciar a entrevista com Eloi, o estudante surdo que fazia uso de Libras, as questões foram direcionadas a ele oralmente e logo após a intérprete as sinalizava e ele então as respondia. Quando questionado sobre seus desafios no ensino superior este relatou não ter tido desafios. Explicou que sempre sonhou em fazer o curso preterido e participou do vestibular, sendo aprovado iniciou os estudos. Ao ser indagado sobre ter intérprete ao fazer o vestibular comentou que teve, mas que esta não o auxiliou em nada, que ela sabia pouco para poder interpretar e que eles não se entendiam. No que tange ao apoio familiar disse ter tido, desde o ensino básico, onde também não demonstrou ter passado por desafios.

Foram perguntas que esperávamos respostas elaboradas, pois acreditávamos que ao ingressar no ensino superior desafios seriam propostos ou mesmo que não fossem considerados desafios, o interesse por compreender como o acadêmico lidou com as situações da rotina universitária era latente, mas não aconteceu desta forma, sendo este o final da entrevista com este surdo.

A trajetória de Eloi na vida acadêmica, desde as séries iniciais até o ingresso no ensino superior é uma história atípica do que encontramos com outros surdos, pois sempre há algo que pode ser melhorado, principalmente em relação as pessoas diferentes. Na tentativa de justificar desafios não vivenciados por este estudante acredita-se que Eloi, não fluente em Libras e com oralidade não desenvolvida,

dependeu da boa vontade dos docentes que cruzaram seu caminho durante os anos escolares, inclusive na faculdade. Seja por desconhecimento dos professores em relação a este estudante seja pela praticidade em atribuir a média para que ele fosse aprovado ou esta trajetória marcou negativamente que o estudante preferiu naquele momento não comentar a respeito ao certo não pode-se afirmar tais questões, mas certamente algo neste processo aconteceu, muito além do que foi relatado pelo acadêmico. Os outros participantes forneceram respostas mais elaboradas com as quais pôde-se trabalhar melhor, sendo estas relatadas a seguir.

Elvis e Elisabete, outros participantes, realizaram a entrevista oralmente e ao iniciar os relatos sobre seus desafios no ensino superior ambos relataram histórias de quando estavam na educação básica, das quais destacou-se algumas passagens que entendeu-se serem pertinentes para as discussões.

Com base nas narrativas dos estudantes foi possível perceber que a trajetória no ensino superior apresentavam interseções, ou seja, elas se misturavam, se pareciam. Como é o caso de ambos relatarem atitudes dos docentes em sala de aula que acabam prejudicando sua visibilidade, sentido fundamental para sua compreensão do que está ao seu redor e neste caso das explicações do professor, como vemos a seguir:

*“Eu dependo muito da leitura labial. Se a pessoa virar pra lá [virou a cabeça para o lado] e começar a falar eu não vou entender, e os professores fazem isso”.*

*(Elvis)*

Elvis relata ainda outra barreira que se encontra também nas salas do ensino regular e que tende a prejudicar a todos e em seguida temos complementação de Elisabete:

*“Eu vou conseguir ver os lábios deles, só que tem o barulho externo, né? Se tiver alguém falando por perto de mim, assim, conversas paralelas, prejudica, porque eu tenho que aliar o som com os lábios”*

*(Elvis)*

*“O pessoal conversa e não consigo saber de quem está vindo a voz, atrapalha todo mundo falando ao mesmo tempo”.*

*(Elisabete)*

Diante do exposto, compreende-se que estas conversas paralelas prejudicam em demasia o aprendizado do estudante surdo, já que estas relações são afetadas negativamente, pois entende-se que todas as funções psíquicas superiores não se formaram na biologia (constituição dos processos elementares), ao contrário têm sua matriz no social e, tais funções, são mediadas pela linguagem, sendo que conseqüentemente para desenvolver a linguagem é necessário pensar, pois, linguagem e pensamento são funções mentais indissociáveis. Assim, “a cultura é, portanto, parte constitutiva da natureza humana, já que sua característica psicológica se dá através da internalização dos modos historicamente determinados e culturalmente organizados [...]” (REGO, 2014, p. 42).

Neste sentido, quanto maior e mais rica for a experiência do indivíduo, considerando que estas experiências proporcionem trocas que auxiliarão o sujeito surdo a constituir-se enquanto pessoa, maior será a sua capacidade de imaginação sendo que o próprio desenvolvimento da inteligência é produto da convivência social, ou seja, é pela aprendizagem nas relações com os outros, que construímos os conhecimentos que permitem nosso desenvolvimento mental (Molon, 2010), que expõe o esforço que o acadêmico surdo necessita fazer para compreender os conceitos que estão sendo explicados em sala de aula em função das conversas inoportunas.

Quando este contato é inexistente pode afetar a relação do surdo com as demais pessoas, pois não havendo estas experiências anteriormente este sujeito não se sente capaz de interagir com os demais, acabam por demorar a se aceitar, como pode-se observar nos seguintes relatos.

*“O meu maior desafio é esse, tentar superar meu problema, tentar aceitar ele. Eu acabo não aceitando e acabo me isolando das pessoas e acaba ficando aquele negócio: “Ah, eu tenho que falar com alguém” e acaba sendo uma coisa muito tortuosa. Acaba tornando a comunicação uma coisa muito difícil. Isso que me deixa um pouco mais nessa dificuldade, mais pelo medo de me socializar”*  
(Elvis)

*“Eu não acreditava que era surda”*  
(Elisabete)

*“Eu que me recolho, não busco os outros pra conversar”*

(Elisabete)

Considerando que a tônica desta pesquisa perpassa o contexto social do público alvo deste trabalho, a dificuldade em se relacionar e querer conversar com outra pessoa parece algo impossível de ser realizado. A vergonha ocasionada pela surdez impede que estas pessoas consigam se aproximar de outros estudantes, ou mesmo dos professores. Neste sentido o estudante surdo acaba por não desfrutar de todas as possibilidades de atividades que a universidade proporciona, sejam elas acadêmicas como grupos de estudos ou mesmo o que permeia este universo, seja encontro da turma ou de grupo de amigos. Elvis abre mão de utilizar-se da linguagem, pois um signo mediador fundamental ao ser humano é a linguagem que “carrega em si os conceitos generalizados e elaborados pela cultura humana” (REGO, 2014, p. 42), deixando de participar destas atividades priva-se disto.

*“Vocês, por exemplo, vocês ouvem naturalmente, não precisam fazer esforço pra entender, então vocês só se preocupam em entender o que ele quer dizer, né? E eu no meu caso eu tenho que entender as palavras que ele ta dizendo pra depois eu acompanhar a linha de raciocínio dele, então se eu não me esforço pra entender o que ele falou eu acabo me atrasando pra conseguir entender o que significa”*  
(Elvis)

Esta restrição em se comunicar com outras pessoas na graduação acaba interferindo em outras situações acadêmicas, como é o caso de chamar o professor ou buscar um colega para pedir explicação a fim de sanar as dúvidas, como verifica-se a seguir:

*“Se eu não entendi eu acabo deixando pra depois da aula assim. Eu não costumo perguntar. Eu acho que acabei pegando um hábito ruim de não perguntar minhas dúvidas. Eu acabo deixando minhas dúvidas pra mim mesmo”.*  
(Elvis)

*“As vezes eu nem entendo o que o professor explica, daí eu anoto o que tá escrito e procuro em casa[...] Alguns professores buscam ajudar. Tem um professor que ficava andando pela sala pra lá e pra cá e eu falei que se ele ficasse em um determinado lugar me ajudaria e agora ele fica boa parte da aula lá. [...] Quando apresento trabalho em sala tenho medo das perguntas, não por não saber responder,*

*mas por medo de não entender a pergunta, mas eu faço e apresento os trabalhos normalmente”.*

*(Elisabete)*

Da mesma maneira que a criança ouvinte é apresentada a diversas situações em seu cotidiano e assim assimila o que acontece ao seu redor, para a criança surda isto se dá da mesma forma, no que tange ao desenvolvimento da linguagem, mas para que isto ocorra é necessário que a criança surda seja exposta a seus pares, ou seja, que tenha contato e interaja com outros usuários de língua de sinais. Assim sendo, a aquisição da língua torna-se um processo dialético, a partir das trocas estabelecidas com o outro, e não um sistema artificial resultante apenas de experimentações vivenciadas durante a vida.

Neste sentido, Vigotski (apud Vinha; Walcman, 2010, p. 681) explica que “o que nós podemos dizer a respeito dos exemplos que vimos quando discutimos as crianças é que os elementos existentes para determinar a influência do meio no desenvolvimento psicológico, no desenvolvimento de sua personalidade consciente é a vivência”.

Antes mesmo de considerar a adaptação no trabalho docente para com o estudante surdo, muitas vezes faz-se necessário desmistificar alguns pontos sobre o sujeito surdo e a língua de sinais, pois o ouvinte tem alguns pré-conceitos acerca desta pessoa e desta diferença, associando esta a alguma espécie de possível cura por exemplo, ou mesmo acreditando que a língua de sinais é universal, como explicitado por Gesser (2008, 2009), além de outras crenças.

Mesmo com os desafios encontrados durante a jornada acadêmica, quando questionados sobre o que gostariam que fosse feito de maneira diferente as respostas foram incisivas, como comprovam os relatos a seguir:

*“Independente do termo [surdo ou deficiente auditivo], eu me sinto desconfortável se alguém me trata diferente”.*

*(Elvis)*

*“Se o pessoal fizesse alguma coisa diferente eu não ficaria aqui, me tratam como qualquer outra pessoa [...] Eu acredito que eu sou capaz, como qualquer um”*

*(Elisabete)*

Verificou-se que desde os primeiros registros sobre as pessoas com deficiência, estas foram vítimas de preconceitos e estigmas, antes mesmo de terem reconhecido seu potencial. Ao comentar sobre o impacto do estigma atribuído às pessoas diferentes, Goffman (2015) comenta que este resulta no descrédito, pois a diferença passa ser vista como defeito, fraqueza ou desvantagem, que potencializa-se quanto mais visível for esta diferença. Em relação ao estigma gerado a partir das diferenças presentes nas pessoas com deficiências, durante muito tempo estes justificaram a prática do extermínio como um comportamento normal e necessário à preservação de uma determinada sociedade.

Percebe-se que estes estudantes não criam uma identidade própria, pois ouvem, mas não como os outros ouvintes, tem suas limitações; podem ser considerados surdos, mas não são usuários de Libras, ou seja, quem são estas pessoas? Como visto nas falas dos participantes o mais importante é a forma como serão tratados, ou seja, do mesmo modo que os demais estudantes, em tom de equidade, independente do nome atribuído: surdos ou deficientes auditivos, porém, respeitando suas especificidades para entendimento das aulas.

Buscando contemplar o objetivo específico que aborda conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do seu ingresso na educação superior temos alguns pontos interessantes. O que mais se destaca é que os estudantes não usuários de Libras, ou seja, que conseguiam ouvir um pouco as explicações em sala de aula, apresentaram mais desafios do que o acadêmico que é usuário de Libras. Lembrando que o estudante Eloi não é fluente em Libras, o que implica em alguma desinformação na transmissão de uma língua para outra, mesmo que este fosse acompanhado de intérprete.

Destaca-se também que, mesmo com os desafios postos aos estudantes que relataram passar tais situações, os mesmos revelam que se fosse de outra forma não permaneceriam na instituição que estavam estudando. Evidenciando assim o valor que cada pessoa atribui ao que está se propondo a realizar, pois mesmo diante das adversidades a única opção é atravessá-las.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para realizar as considerações finais deste trabalho retoma-se o objetivo específico que é compreender como ocorre o trabalho docente com a inserção do estudante surdo no ensino superior no município de Joinville – SC, para que diante dos retornos obtidos seja possível elaborar tal resposta.

Ao trazer as produções que foram encontradas para auxiliar na composição deste trabalho evidencia-se que estas ainda são poucas, o que permite destacar que há um campo de pesquisa mais abrangente do que o apresentado aqui, no contexto da educação especial, sobretudo no que se refere ao estudante surdo.

Diante da perspectiva qualitativa que apresenta-se neste trabalho pode-se ter uma compreensão mais ampla sobre o trabalho docente junto ao estudante surdo no ensino superior. E para que fosse possível atender ao objetivo central da pesquisa outros foram criados para esta compreensão: identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior; analisar como acontece o trabalho docente na perspectiva do professor da disciplina da graduação junto ao estudante surdo; identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior; conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do seu ingresso na educação superior

Ao elaborar sobre o auxílio institucional fornecido ao docente constata-se que estes são pontuais, por não conseguirem identificar uma política que a sua instituição direciona ao estudante surdo. Foram citados intérpretes e apoios pontuais, quando esta demanda surge, conforme relato, recaindo esta demanda sobre o apoio psicopedagógico, ou seja, este estudante é direcionado a procurar atendimento fora de sala de aula, saindo da perspectiva de que este acadêmico é da instituição, devendo ser respaldado em sala de aula também.

Em relação ao trabalho docente, alguns pontos são de conhecimento da maioria dos professores, como o fato da escrita do surdo ser diferente, conforme abordado nos questionários devolvidos. Este é um avanço considerável, pois acredita-se que esteja claro aos docentes que por se tratar de línguas diferentes as especificidades da língua materna do surdo seja levada em consideração. Ainda sobre o trabalho docente, considerando que o surdo percebe o que o cerca de

maneira visual, algumas adaptações contribuem de forma efetiva para seu aprendizado, como elaborar atividades com figuras e esquemas para compreensão de textos são importantes no portfólio do professor. Fica evidente que a troca com outros profissionais envolvidos com a mesma situação educacional contribui para um desenvolvimento acadêmico pleno, bem como colocar-se no lugar do outro para compreender a situação que o acadêmico experimenta cotidianamente.

Para auxiliar o trabalho docente é pertinente considerar o intérprete de Libras, pois é por ele que a maior parte do conteúdo educacional é transmitido. Fica clara que a função deste profissional vai para além de uma simples interpretação. De acordo com os relatos apoiados na literatura muitas vezes o intérprete acaba executando a função do professor e por não ter respaldo aceita exercer tal função. Diante deste fato procura por recursos que o auxiliem na explicação para o surdo, o que pode causar estranheza no professor e nos demais estudantes.

Quando há interesse do professor em ter uma relação mais próxima do estudante surdo algo diferente acontece e aquele estudante que ficava tão distante estando no mesmo ambiente já não é mais tão diferente assim. Isto requer um mínimo de conhecimento a respeito de quem é o sujeito que está compartilhando do mesmo espaço escolar que os demais e este contato pode ser proporcionado pelo intérprete ou mesmo por iniciativa do docente.

Havendo uma aproximação entre estudantes e docentes, esta se faz presente quando há uma popularização da Língua Brasileira de Sinais, bem como a cultura surda para que assim este público passe de pessoas invisíveis para pessoas conhecidas e o mais importante, reconhecidas. Desta maneira, situações desastrosas podem ser evitadas, como é o caso da morte de uma pessoa surda por policiais que atiraram nela por entender que esta estava reagindo, no entanto a vítima estava tentando se comunicar em sua língua, o que implica em movimentar as mãos e diante desta situação os policiais entenderam que seria uma tentativa de confrontar a voz de prisão (SURDOSOL, 2017). Este episódio não foi o único, infelizmente. Novamente, outro surdo foi baleado após estar dirigindo excedendo a velocidade e foi perseguido por policiais que o acompanharam até sua residência. Ao sair do carro o surdo começou a sinalizar para o policial que disparou e acabou matando-o. (O POPULAR, 2016).

Conhecendo o que docentes e intérpretes relatam, é hora de ouvir o estudante surdo e suas contribuições esclarecem pontos importantes acerca do que as pessoas pensam e o que é, de fato, ser surdo em uma sociedade predominantemente ouvinte. Quando este estudante é inserido em um contexto social rodeado por seus pares existe um desenvolvimento pleno deste ser e a escola bilíngue tem papel importante nesta jornada.

A proposta da escola bilíngue pode ser uma possibilidade de auxiliar a criança surda a emergir em sua cultura, partilhando de suas ideias e conhecendo outras, como infere Thoma (2006) em artigo científico publicado, ao descrever que as escolas de surdos contribuem na construção de políticas de inclusão social, bem como no fomento à formação de profissionais para atuarem com o sujeito surdo.

Dois dos estudantes desta pesquisa conseguem oralizar e não frequentaram escola bilíngue, porém relataram outros desafios que garantem reflexão e empatia. O esforço em entender o que o professor fala, conseguir compreender a linha de raciocínio do docente, ter de lidar com conversas paralelas que, como reportado anteriormente, confundem o estudante surdo, são exemplos destes desafios. O que implica em investir mais tempo em estudos, além do que convencionalmente é feito por parte do acadêmicos.

Apesar dos desafios encontrados não ser tratado com diferença, para eles, é o ponto chave para poder continuar os estudos, pois de outro modo não se sentiriam bem no ambiente de sala de aula. Acredita-se que é desta maneira que deve ser, rompendo com as barreiras que estarão adiante e, respeitando suas peculiaridades, tornar este momento único, assim como deveria ser para cada estudante que cursa o ensino superior.

Diante da pesquisa realizada percebe-se que temos duas frentes de trabalho, e acredita-se que estas são permanentes: uma diz respeito ao trabalho realizado em relação ao surdo nos níveis de ensino, principalmente no ensino superior, seja reivindicando o cumprimento da legislação ou implementando novas leis que contribuam para o contínuo desenvolvimento deste sujeito. Outra frente diz respeito, ainda, sobre a conscientização da comunidade ouvinte sobre o que é Libras e quem é o sujeito surdo. Para ilustrar esta situação traz-se Gesser (2008) que na introdução de seu livro faz lembrar de uma palestra intitulada “Libras é língua”, que nos remete

ao que ainda é necessário acontecer, ou seja, um trabalho forte de divulgação, por mais que a ideia pareça esgotada.

Pode-se inferir que este trabalho de divulgação é um movimento diário de conscientização, um trabalho que deve ser realizado constantemente. O que vai ao encontro do que o autor Michel Foucault (1999, apud Veiga-Neto, 2011) acredita ser o melhor, pois ao invés da grande revolução, pequenas revoluções diárias, e estas certamente trarão resultados.

A sociedade ouvinte, por desconhecimento, acredita em alguns pré-conceitos que parecem estar enraizados, como subestimar os surdos por acreditarem que são inferiores, incapazes. Neste sentido o trabalho de Thomaz e Ribeiro (2016) confrontam este pensamento, haja vista que o estudo voltou-se a professores com deficiência, evidenciando que os maiores desafios encontrados por estes não foram em relação a ser deficiente e sim aos estigmas impostos a esta condição. Estigmas estes construídos socialmente e que devem ser rompidos, pois não condizem com a realidade.

Vale a reflexão de que esta comunidade surda está inserida em uma comunidade maior, a de ouvintes e finalizando o ensino regular é esta sociedade que este surdo irá encarar. Neste sentido é viável a realização de um intercâmbio com ouvintes, para que estes conheçam a cultura surda, possibilitando que o inverso seja possível também, ou seja, o surdo tenha contato com os ouvintes.

Nestas duas frentes de trabalho é que se deve atuar, pois há e ousa-se dizer que sempre haverá necessidade destas lutas, seja para mais conquistas por meio de leis e decretos e com a mesma importância a disseminação da cultura surda, de Libras e demais aspectos que envolvem este sujeito.

Descreveu-se sobre a invisibilidade do estudante surdo por, de fato, não ser algo que chame atenção do docente se compararmos ao estudante cadeirante, por exemplo, mas chama atenção que mesmo depois de tomar conhecimento que há um estudante surdo em sala de aula, até porque este estará acompanhado de intérprete, o acadêmico continua invisível, como se a função docente fosse delegada ao intérprete. Esclarece-se que não há culpabilização ao docente, mas reflete-se que a formação específica para lidar com este estudante pode ser realizada diariamente com o intérprete em sala.

Seguindo para o final destas considerações, contempla-se o objetivo geral que lembramos ser: compreender como ocorre o trabalho docente com a inserção do estudante surdo no ensino superior no município de Joinville – SC e a este respeito entende-se que esta tarefa apresenta-se de maneira multifacetada, pois como visto até o momento, o trabalho docente recebe contribuições de diversos atores que fazem com que seja possível o surdo frequentar e, de fato, vivenciar o universo acadêmico, não como coitado que está inserido em sala de aula, mas sim como personagem principal de sua história, experimentando cada etapa desta trajetória.

## REFERÊNCIAS

AGAPITO, Juliano. **A formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva: um olhar para a diversidade.** Ano de 2013. Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Ribeiro. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville-Univille. Disponível em: <http://www.univille.edu.br//pt-br/institucional/proreitorias/prppg/setores/pos-graduacao/mestradosdoutorado/mestradoeducacao/dissertacoes/dissertacoes2013/625062>. Acesso em: 24 jan. 2018.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilo e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (org). **Diferenças e preconceitos na escola.** São Paulo: Editora Summus, 1998.

A NOTICIA. **Educação.** Reportagem publicada em 03 mar. 2013a. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/03/pais-de-alunos-da-escola-rui-barbosa-em-joinville-nao-concordam-com-transferencia-dos-estudantes-4062265.html>. Acesso em: 26 jul. 2017.

A NOTÍCIA. **Educação.** Reportagem publicada em 20 dez. 2013b. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/joinville/noticias/escola-estadual-rui-barbosa-sera-sede-da-companhia-de-patrolhamento-tatico-da-pm-em-joinville>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais. **Ensino Fundamental - Intérprete da Libras (20 horas) – habilitado e não habilitado.** Publicado em 11 nov. 2016a. Disponível em: <http://www.resultados.acao.org.br/act/2016/resultado/preliminar/23/1/505.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais. **Ensino Médio - Intérprete da Libras (20 horas) – Habilitado e não habilitado.** Publicado em 11 nov. 2016b. Disponível em: <<http://www.resultados.acao.org.br/act/2016/resultado/preliminar/23/2/505.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais. **Educação Especial - Professor Instrutor da Libras – Habilitado.** Publicado em 11 nov. 2016c. Disponível em: <<http://www.resultados.acao.org.br/act/2016/resultado/preliminar/23/4/403.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da prática escolar.** 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (Bola de Neve). **Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental.** v. 27 jul /dez, 2011. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3193>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BARROCO, Sonia Maria Shima. Contexto e textos de Vygotski sobre a defectologia: a defesa da humanização da pessoa com deficiência. In: BARROCO, Sonia Maria Shima; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SILVA, Tânia dos Santos Alvares da (orgs.) **Educação Especial e teoria histórico cultural**: em defesa da humanização do homem. Maringá: EDUEM, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 20).

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Revoga as resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 196/96, 303/2000 e 404/2008 e aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil Brasília, DF, 12 dez. 2012**. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em 06 maio 2016.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 19 ago 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Diário Oficial da União, Brasília, 02 set. 2010**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) julho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm#art18](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm#art18)>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BRASIL. Programa Incluir – acessibilidade na educação superior. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CARDOZO, Fabiana Ramos da Cruz. **A Formação Continuada de Professores dos Cursos de Pedagogia do Sistema ACAFE para o Trabalho com Acadêmicos com Deficiência**. Ano de 2016. Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Ribeiro. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – Univille. Disponível em: <http://www.univille.edu.br//pt-br/institucional/proreitorias/prppg/setores/pos-graduacao/mestradosdoutorado/mestradoeducacao/dissertacoes/dissertacoes-defendidas---2016/796068>. Acesso em: 24 jan. 2018.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2006.

FERREIRA BRITO, Lucinda. **Integração Social e Educação de Surdos**. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção; RAMOS, Bruna Sola (orgs.). **Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010 (Coleção Caminhos da Pesquisa Educacional, 4).

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. Série pesquisa em Educação.

GATTI, Bernadete A. Estudando licenciaturas: características, currículos e formação profissional. *In*: CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; HOBOLD, Márcia de Souza; Aguiar, Maria Aparecida Lapa de (orgs.). **Trabalho docente: formação, práticas e pesquisa**. Joinville – SC: Editora Univille, 2010.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um outro *ou* para uma reflexão crítica dos paradigmas. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, 47(1): 223-239, Jan./Jun. 2008. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132008000100013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132008000100013&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 19 ago 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia da Ensino Superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. 7. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional do professores. In: NÓVOA, António (Org.). **Vidas de Professores**. 2ª ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Joinville. 2010a. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420910&search=santa-catarina|joinville>. Acesso em: 27 nov. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Pessoas com deficiência – Amostra. 2010b. Disponível em:  
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420910&idtema=92&search=santa-catarina|joinville|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-pessoas-com-deficiencia-->>. Acesso em: 27 nov. 2016.

JANUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início de século XXI. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.

JESUS, Denise Meyrelles. Tensões e possibilidades na inclusão escolar: conexões com a formação docente. In: SOAREZ, Leôncio et al. **Textos selecionados do XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

JUNKES, Amélia de Oliveira. **Formação de professores e condições de atuação em educação especial**. Florianópolis: Insular, 2006.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. Uma breve história da educação das pessoas com deficiências no Brasil. In: MELETTI, Silvia Márcia Ferreira e KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães (orgs.) **Escolarização de alunos com deficiência**: desafios e possibilidades. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade nas práticas pedagógicas. **Temas psicol.** V. 20, n. 2. Ribeirão Preto. Dez, 2012. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2012000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2012000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 jul. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 158-167, jun. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/800/815>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Matrículas de pessoas com deficiência em universidades cresceram 933% em dez anos**. Publicado em 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/10/ensino-superior-do-brasil-tem-recorde-de-matriculas-nos-ultimos-anos>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

MEC – Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. **Diretrizes operacionais da educação especial** para o atendimento educacional especializado na educação básica. 2008. Disponível em: <http://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Diretrizes-Operacionais-para-o-Atendimento-Educacional-Especializado-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-B%C3%A1sica.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017

MELO, Hildete Pereira, OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, N. 27, pp.301-331, jul-dez. 2006.

MENDES, Cleberson de Lima. **O Trabalho Docente e a Inclusão de Estudantes com Deficiência nos Cursos de Licenciatura em Matemática do Sistema Acafe**. Ano de 2017. Orientadora: Profa. Dra.Sonia Maria Ribeiro. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – Univille. Disponível em: <http://www.univille.edu.br//pt-br/institucional/proreitorias/prppg/setores/pos-graduacao/mestradosdoutorado/mestradoeducacao/dissertacoes/defendidas2017/879434>. Acesso em: 24 jan. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOLON, Susana Inês: **Subjetividade e constituição do sujeito em Vigotsky**. 3. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

NASCIMENTO, Maria das Graças C. de Arruda; SILVA, Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro da; ANTUNES, Ana Luísa. **O trabalho docente na contemporaneidade: a educação de surdos como desafio**. 33 reunião da Anped, 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6589--Int.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

NEVES, Bruna Crescêncio; QUADROS, Ronice Muller de. A relação dos surdos com a língua portuguesa em um contexto bilíngue. In: RIBEIRO, Tiago; SILVA, Aline

Gomes da. **Leitura e escrita na educação de surdos:** das políticas às práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

NÓVOA, António. **Nada substitui um bom professor:** propostas para uma revolução no campo da formação de professores. 2011.

\_\_\_\_\_. Entrevista com o educador português António Nóvoa. 1 out. 2012. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/212/entrevista-educador-portugues-antonio-novoa>. Acesso em: 20 fev. 2017.

O POPULAR. **Surdo é morto pela polícia ao tentar se comunicar por linguagem de sinais.** 23 ago. 2016. Disponível em: <<https://daqui.opopular.com.br/editorias/geral/surdo-%C3%A9-morto-pela-pol%C3%ADcia-ao-tentar-se-comunicar-por-linguagem-de-sinais-1.1137063>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

OLIVEIRA, A. S. S. Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES. Tese. (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski:** a relevância do social. 6. ed. São Paulo: Summus, 2015.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades Surdas. In: Carlos Skliar (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

PINO, Angel. A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação. **Revista Psicologia USP.** V. 21, n. 4 (2010). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42025>. Acesso em: 2 jul. 2017.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de. Língua de herança: língua brasileira de sinais. Porto Alegre: Penso, 2017.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky:** uma perspectiva histórico-cultural da educação. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROLDÃO, Maria do Céu Neves. Profissionalidade docente em análise – especificidades dos ensinos superior e não superior. **Nuances: estudos sobre educação.** Ano XI, v. 12, n. 13, jan./dez. 2005. Disponível em:<

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/1692/1601>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

ROLDÃO, Maria do Céu. Que é ser professor hoje? *In: A profissionalidade docente revisitada*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa, 2008.

SANTOS, Tatiana dos; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Política Nacional para a Inclusão no Ensino Superior: uma Revisão da Legislação. **Unopar Cien., Ciên. Human. Educ.**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 194-200, 2015. Disponível em: <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/ensino/article/viewFile/3104/2880>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SED – Secretaria de Estado da Educação. Portal da Educação institucional. 2017. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadiesportal.aspx>. Acesso em: 27 ago. 2017.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

SKLIAR, C., MASSONE, M. I. e VEINBERG, S. El acceso de los niños sordos al bilingüismo y al biculturalismo. **Revista Infancia y Aprendizaje**. 69/70. Madrid. 1995. (85-100).

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

SURDOSOL. **Polícia nos EUA mata homem que não obedeceu às suas ordens porque era surdo**. 21 set. 2017. Disponível em: <<http://www.surdosol.com.br/policia-nos-eua-mata-homem-que-nao-obedeceu-as-suas-ordens-porque-era-surdo/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TASSONI, Elvira Cristina Martins. **Afetividade e aprendizagem: a relação professor-aluno**. 23 Anped, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/2019t.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

THOMA, Adriana da Silva. **A inclusão no ensino superior: “ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...”**. 29 reunião anual da Anped, 2006. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT15-2552--Int.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

THOMAZ, Daiana; RIBEIRO, Sonia Maria. **Professores com deficiência: vivências de in/exclusão na formação inicial e contribuições para o trabalho docente**. 2016. Disponível em:

< <http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/802/575>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Sobre o Libras a distância**. Disponível em: <https://libras.ufsc.br/libras-distancia/>. Acesso em: 14 out. 2017.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Declaração mundial de educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. Extensão. Disponível em: [http://www.univille.edu.br/pt\\_br/institucional/proreitorias/proex/projetos\\_institucionais/598480](http://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/proreitorias/proex/projetos_institucionais/598480). Acesso em: 15 out. 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Incluir para excluir**. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. (orgs.) Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. 2 edição Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 13. ed. São Paulo: Ícone, 2014.

VINHA, Márcia Pileggi; WALCMAN, Max. Quarta aula: a questão do meio na pedologia, Lev Semionovich Vigotski. **Revista Psicologia USP**. V. 21, n. 4 (2010). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42022>. Acesso em: 2 jul. 2017.

## **APÊNDICE I – CARTA DE APRESENTAÇÃO E QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES**

### **CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS DOCENTES**

Prezado (a) docente

Convidamos você a participar, como voluntário (a) anônimo (a), da pesquisa desenvolvida pelo mestrando Jelson Budal Schmidt, com tema “Trabalho docente e a inclusão do estudante surdo na educação superior”, vinculada à linha de pesquisa “Trabalho e Formação Docente” do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Você tem liberdade de aceitar ou não o convite, tendo garantida a desistência da participação durante todo o processo, enfatizando que os dados e informações coletados serão sigilosos e preservarão o anonimato de todos os participantes.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como é realizado o trabalho dos professores com a presença deste estudante com deficiência auditiva / surdez no ensino superior.

Para que possamos atender a este objetivo, outros objetivos específicos foram criados, como segue: Identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior; Investigar como acontece o trabalho docente com a presença do estudante surdo em sala de aula; Identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior; Conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do seu ingresso no ensino superior.

A pesquisa acontecerá na forma de questionário e as respostas serão fundamentais para a escrita da dissertação, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro.

Destacamos que a sua participação será de grande importância para o cumprimento dos objetivos da pesquisa e repercutirá em benefícios no âmbito acadêmico e profissional para o campo do trabalho e da formação docente.

Solicitamos que após o preenchimento do questionário, você o armazene dentro do envelope, lacre-o com o adesivo e devolva no departamento do seu curso.

Caso deseje mais informações, seguem abaixo dados para contato:

Telefone: (47) 3473-7837 / (47) 9138-7163

E-mail: jelsonbudal@hotmail.com

Agradecemos muito pelo tempo dispendido para com esta pesquisa.

Cordialmente,

Jelson Budal Schmidt e Sonia Maria Ribeiro

Joinville, março de 2017.

## QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

### EIXO 1 - PERFIL DOCENTE

1 - Ano de seu nascimento? \_\_\_\_\_. ( ) Professor ( ) Professora

2 - Titulação acadêmica (indique quantas alternativas forem necessárias)

( ) Graduação	Área _____	Ano conclusão _____.
( ) Especialização	Área _____	Ano conclusão _____.
( ) Mestrado	Área _____	Ano conclusão _____.
( ) Doutorado	Área _____	Ano conclusão _____.
( ) Pós-Doutorado	Área _____	Ano conclusão _____.

3 – Você teve contato com pessoas com surdez/deficiência auditiva?

( ) Sim

( ) Não

Em caso afirmativo, como ocorreu a comunicação? \_\_\_\_\_

4 – Tempo de docência dedicados à educação superior: \_\_\_\_\_ anos.

5 – Considerando que você lecionou ou leciona nesta instituição para pessoas com deficiência auditiva / surdez, quais desafios você apontaria para o desenvolvimento do seu trabalho junto a esses acadêmicos?

---



---



---



---



---



---



---



---

### EIXO 2 – APOIO INSTITUCIONAL

6 - A instituição acompanha e/ou dá suporte ao professor bem como ao acadêmico que apresenta deficiência auditiva/surdez?

( ) Sim

( ) Não

Em caso afirmativo, quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7 – A instituição oferece cursos de formação continuada visando auxiliar o professor no seu trabalho junto ao estudante com deficiência auditiva/surdez?

( ) Sim

( ) Não

8 – Quais recursos a instituição disponibiliza no atendimento do acadêmico com surdez? (assinale quantas alternativas forem necessárias)

( ) intérprete

( ) monitores

( ) apoio psicopedagógico

( ) Outra (s). Cite qual (is) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9 – A instituição possui uma política de inclusão voltada ao atendimento de estudantes com deficiência, dentre eles os estudantes surdos?

( ) Sim

( ) Não

Em caso afirmativo, cite quais \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### EIXO 3 – TRABALHO DOCENTE

10 - Você disponibiliza o conteúdo da aula antecipadamente à (ao) intérprete?

( ) Sim

( ) Não

11 – Em algum momento foi solicitado pela instituição ou pela (o) própria (a) intérprete que este conteúdo fosse disponibilizado antecipadamente?

( ) Sim

( ) Não

12 – Como você compreende o trabalho do intérprete junto ao estudante com deficiência auditiva/surdez? \_\_\_\_\_

---

---

13 – Durante sua formação, você teve acesso a informações com temática voltada a inclusão?

( ) Sim

( ) Não

Em caso afirmativo, quais contribuições destas informações você utiliza na sua prática com o estudante com deficiência auditiva/surdez?

---

---

---

---

14 – Considerando que você lecionou ou leciona nesta instituição para estudantes com deficiência auditiva/surdez, no decorrer do trabalho docente, quais estratégias você utiliza, ou tem utilizado para atender as especificidades deste estudante?

---

---

---

---

15– Utilize o espaço a seguir para expor algo que poderia contribuir na formação docente em relação ao trabalho realizado com as pessoas com deficiência auditiva/surdez.

---

---

---

Obrigado por sua atenção! Cordialmente, os pesquisadores.

## **APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTE SURDO**

### **CARTA DE PRESENTAÇÃO PARA O (A) ESTUDANTE**

Prezado (a) estudante

Convidamos você a participar, como voluntário (a) anônimo (a), da pesquisa desenvolvida pelo mestrando Jelson Budal Schmidt, com tema “Trabalho docente e a inclusão do estudante surdo na educação superior”, vinculada à linha de pesquisa “Trabalho e Formação Docente” do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Você tem liberdade de aceitar ou não o convite, tendo garantida a desistência da participação durante todo o processo, enfatizando que os dados e informações coletados serão sigilosos e preservarão o anonimato de todos os participantes.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como é realizado o trabalho dos professores com a presença deste estudante com deficiência auditiva / surdez no ensino superior.

A pesquisa acontecerá na forma de entrevista e as respostas serão fundamentais para a escrita da dissertação, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro.

Para que possamos atender a este objetivo, outros objetivos específicos foram criados, como segue: Identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior; Investigar como acontece o trabalho docente com a presença do estudante surdo em sala de aula; Identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior; Conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do seu ingresso no ensino superior.

Destacamos que a sua participação será de grande importância para o cumprimento dos objetivos da pesquisa e repercutirá em benefícios no âmbito acadêmico e profissional para o campo do trabalho e da formação docente.

Solicitamos que após o preenchimento do questionário, você o armazene dentro do envelope, lacre-o com o adesivo e devolva no departamento do seu curso.

Caso deseje mais informações, seguem abaixo dados para contato:

Telefone: (47) 3473-7837 / (47) 9138-7163

E-mail: jelsonbudal@hotmail.com

Agradecemos muito pelo tempo dispendido para com esta pesquisa.

Cordialmente,

Jelson Budal Schmidt e Sonia Maria Ribeiro

Joinville, março de 2017.

- 1 - Como foi seu ingresso no ensino superior?
- 2 – Quais os desafios encontrados no dia a dia no ensino superior?
- 3 - Como é o seu relacionamento com os professores? (proximidade)
- 4 – Você tem suporte da instituição? Quais
- 5 – Como é a sua socialização com o grupo?
- 6 – Como você realiza a apresentação de trabalhos?
- 7 – Em avaliações teóricas, você conta com apoio do intérprete?

### **APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA INTÉRPRETES**

#### **CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA INTÉRPRETES**

Prezado (a) intérprete

Convidamos você a participar, como voluntário (a) anônimo (a), da pesquisa desenvolvida pelo mestrando Jelson Budal Schmidt, com tema “Trabalho docente e a inclusão do estudante surdo na educação superior”, vinculada à linha de pesquisa “Trabalho e Formação Docente” do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Você tem liberdade de aceitar ou não o convite, tendo garantida a desistência da participação durante todo o processo, enfatizando que os dados e informações coletados serão sigilosos e preservarão o anonimato de todos os participantes.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como é realizado o trabalho dos professores com a presença deste estudante com deficiência auditiva / surdez no ensino superior.

Para que possamos atender a este objetivo, outros objetivos específicos foram criados, como segue: Identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior; Investigar como acontece o trabalho docente com a presença do estudante surdo em sala de aula; Identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior; Conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do seu ingresso no ensino superior.

A pesquisa acontecerá na forma de entrevista e as respostas serão fundamentais para a escrita da dissertação, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro.

Destacamos que a sua participação será de grande importância para o cumprimento dos objetivos da pesquisa e repercutirá em benefícios no âmbito acadêmico e profissional para o campo do trabalho e da formação docente.

Solicitamos que após o preenchimento do questionário, você o armazene dentro do envelope, lacre-o com o adesivo e devolva no departamento do seu curso.

Caso deseje mais informações, seguem abaixo dados para contato:

Telefone: (47) 3473-7837 / (47) 9138-7163

E-mail: jelsonbudal@hotmail.com

Agradecemos muito pelo tempo dispendido para com esta pesquisa.

Cordialmente,

Jelson Budal Schmidt e Sonia Maria Ribeiro

Joinville, março de 2017.

- 1 – O professor disponibiliza o conteúdo antecipadamente?
- 2 – Você atua como intérprete em uma ou mais instituições de ensino?  
Além de ser intérprete você atua tem outra atividade profissional?
- 3 – Você é contratado da instituição ou especificamente para este estudante?
- 4 – Você já havia tido experiência em interpretar no ensino superior?
- 5 – Você percebe se há entendimento pelo estudante em relação a sua interpretação, ou ele tem dificuldades com a língua de sinais?
- 6 - Há quanto tempo você trabalho como intérprete?

## APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), de uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa Trabalho e Formação Docente do Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE, desenvolvida pelo mestrando **Jelson Budal Schmidt**. As respostas dadas por você ao instrumento de coleta de dados, neste caso a entrevista/questionário, serão fundamentais para a construção da dissertação **“Trabalho docente e a inclusão do estudante surdo na educação superior”**, que está sob orientação da **Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro**. **O objetivo da pesquisa é conhecer como esta ocorrendo o trabalho docente com a inclusão deste estudante**. Para que possamos atender a este objetivo, outros objetivos específicos foram criados, como segue: Identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior; Investigar como acontece o trabalho docente com a presença do estudante surdo em sala de aula; Identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior; Conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do seu ingresso no ensino superior.

Sua participação implicará em fornecer respostas às indagações feitas na (o) entrevista/questionário. Existe a possibilidade da realização de uma segunda etapa da pesquisa, mas você terá também livre escolha em participar ou não desta segunda etapa. Do mesmo modo, terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas, que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza e também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, caso seja de seu interesse e, mencionado ao pesquisador, terá livre acesso aos resultados do estudo.

Destacamos que a sua participação nesta pesquisa é opcional e representa riscos ou desconfortos mínimos. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. A sua participação constituirá de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa e os benefícios serão de âmbito acadêmico e profissional para o campo da Formação de Professores e da Educação Inclusiva. Ressaltamos que sua participação na pesquisa não implicará em nenhuma forma de pagamento.

Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e trataremos da sua identidade com padrões profissionais de sigilo, ficando a sua identificação restrita ao grupo pesquisado, ou seja, sem identificação nominal. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos na área de ciências humanas.

Em caso de dúvida, você poderá procurar a professora orientadora desta pesquisa no Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE, pelo telefone (47) 3461-9077 ou no seguinte endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial, Campus Universitário - Joinville/SC, CEP 89219-710.

Rubrica do participante: \_\_\_\_\_

**ATENÇÃO:** Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, ou se tiver alguma consideração sobre a ética que envolve a pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pelo telefone: (47) 3461-9235 ou no endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial, Campus Universitário - Joinville/SC, CEP 89219-710, Bloco B, sala B 31.

Contatos do pesquisador: Jelson Budal Schmidt  
Telefones: (47) 3473-7837 / (47) 99138-7163  
E-mail: jelsonbudal@hotmail.com

Após ser esclarecido sobre a pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final do documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

### CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, acredito ter sido suficientemente informado (a) e concordo em participar como voluntário (a) da pesquisa descrita acima.

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
Jelson Budal Schmidt  
Pesquisador responsável

Joinville, \_\_\_\_ de março de 2017.

## ANEXO I – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

	<b>UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE UNIVILLE</b>									
<b>PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>										
<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>										
<b>Título da Pesquisa:</b> TRABALHO DOCENTE E A INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR										
<b>Pesquisador:</b> Jelson Budal Schmidt										
<b>Área Temática:</b>										
<b>Versão:</b> 1										
<b>CAAE:</b> 60057516.9.0000.5366										
<b>Instituição Proponente:</b> FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE										
<b>Patrocinador Principal:</b> Financiamento Próprio										
<b>DADOS DO PARECER</b>										
<b>Número do Parecer:</b> 1.796.156										
<b>Apresentação do Projeto:</b>										
<p>Este trabalho tem por objetivo compreender como ocorre o processo de ensino e aprendizagem na inclusão do estudante surdo nas instituições de ensino superior no município de Joinville. Para isto, esta pesquisa terá abordagem qualitativa e terá como instrumentos questionário e entrevistas. O questionário será aplicado com professores que tiveram contato no ano de 2016 com estudante surdo na educação superior. As entrevistas serão realizadas com intérpretes educacionais e com estudantes surdos matriculados em algum curso superior.</p>										
<b>Objetivo da Pesquisa:</b>										
<b>Objetivo Primário:</b>										
<p>Compreender como ocorre o processo de ensino e aprendizagem na inclusão do estudante surdo nas instituições de ensino superior no município de Joinville.</p>										
<b>Objetivo Secundário:</b>										
<p>Identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior;- Investigar como acontece o trabalho docente com a presença do estudante surdo em sala de aula;- Identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior;- Conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do</p>										
<table border="0"> <tr> <td><b>Endereço:</b> Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Bairro:</b> Zona Industrial</td> <td><b>CEP:</b> 89.219-710</td> </tr> <tr> <td><b>UF:</b> SC</td> <td><b>Município:</b> JOINVILLE</td> </tr> <tr> <td><b>Telefone:</b> (47)3461-9235</td> <td><b>E-mail:</b> comitetica@univille.br</td> </tr> </table>			<b>Endereço:</b> Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.		<b>Bairro:</b> Zona Industrial	<b>CEP:</b> 89.219-710	<b>UF:</b> SC	<b>Município:</b> JOINVILLE	<b>Telefone:</b> (47)3461-9235	<b>E-mail:</b> comitetica@univille.br
<b>Endereço:</b> Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.										
<b>Bairro:</b> Zona Industrial	<b>CEP:</b> 89.219-710									
<b>UF:</b> SC	<b>Município:</b> JOINVILLE									
<b>Telefone:</b> (47)3461-9235	<b>E-mail:</b> comitetica@univille.br									
Página 01 de 04										



UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.796.156

seu ingresso no ensino superior.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo o pesquisador, os riscos são mínimos e está inserido no projeto. Em relação aos benefícios, o pesquisador sugere melhorias no trabalho docente para inclusão do estudante surdo; promover melhorias na prática de interpretação e ainda auxiliar a instituição com informações que contribuam para os avanços que o movimento de inclusão requer para o processo de ensino aprendizagem.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Este trabalho se baseará em análise de dados qualitativa, e para a coleta destes será realizada entrevista semi-estruturada com os professores e entrevista com os estudantes e intérpretes. A análise dos dados, referente a pesquisa em questão, será realizada após as transcrições das entrevistas com os estudantes e da tabulação dos

questionários, assim que feita a devolutiva pelos professores, ambos realizados no ano de 2016 e será feita baseada em análise de conteúdo. Os sujeitos da pesquisa serão: Professores (39), alunos surdos(04) e Intérpretes de LIBRAS (02). Os critérios de inclusão são apresentados: Ter, no mínimo, 18 anos;- Ser estudante de graduação e que tenha algum grau de deficiência auditiva/surdez;- Lecionar ou ter lecionado para estes estudantes no ano de 2016. O cronograma é apresentado, com início da coleta de dados somente após a aprovação no CEP. O orçamento é próprio de R\$ 7.500,00 e a bibliografia é apresentada.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de Rosto, TCLE, Cartas de anuência da Udesc, ACE e Univille 1 e Univille 2, além do Termo de Uso de Imagem/Voz estão corretas e de acordo com a Resolução 466/12.

**Recomendações:**

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no sítio da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12, no item

XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 17.

**Bairro:** Zona Industrial

**CEP:** 89.219-710

**UF:** SC

**Município:** JOINVILLE

**Telefone:** (47)3461-9235

**E-mail:** comitetica@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.796.156

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no sítio da Univille Universidade.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto "TRABALHO DOCENTE E A INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR", sob CAAE 60057516.9.0000.5366 do (a) pesquisador(a) Jelson Budal Schmidt, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares foi considerado APROVADO após análise.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso (<http://www.univille.edu.br/status-parecer/645062> ).

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_794496.pdf	17/09/2016 00:03:30		Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	17/09/2016 00:02:10	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Termo_Uso_Imagem.pdf	16/09/2016 23:57:52	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Anuencia_Univille2.jpg	16/09/2016 23:56:52	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Anuencia_Univille1.jpg	16/09/2016 23:56:13	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Anuencia_ACE.jpg	16/09/2016 23:55:40	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Anuencia_Udesc.jpg	16/09/2016 23:54:53	Jelson Budal Schmidt	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/09/2016 15:24:44	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Projeto Detalhado	Jelson_projeto_comite_de_etica_Univille	15/09/2016	Jelson Budal	Aceito

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, n° 10, Bloco B, Sala 17.

**Bairro:** Zona Industrial **CEP:** 89.219-710

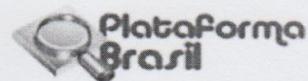
**UF:** SC **Município:** JOINVILLE

**Telefone:** (47)3461-9235

**E-mail:** comitetica@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO  
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.796.156

/ Brochura Investigador	lle.docx	15:13:33	Schmidt	Aceito
----------------------------	----------	----------	---------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOINVILLE, 21 de Outubro de 2016

---

**Assinado por:**  
Eleide Abril Gordon Findlay  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 17.

**Bairro:** Zona Industrial

**CEP:** 89.219-710

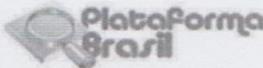
**UF:** SC

**Município:** JOINVILLE

**Telefone:** (47)3461-9235

**E-mail:** comitetica@univille.br

## ANEXO II – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC											
<b>PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>												
Elaborado pela Instituição Coparticipante												
<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>												
Título da Pesquisa: TRABALHO DOCENTE E A INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR												
Pesquisador: Jelson Budal Schmidt												
Área Temática:												
Versão: 1												
CAAE: 60057516.9.3001.0118												
Instituição Proponente: FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE												
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio												
<b>DADOS DO PARECER</b>												
Número do Parecer: 2.037.844												
<b>Apresentação do Projeto:</b>												
<p>Este estudo trata-se de projeto de pesquisa a ser realizada pela Fundação Educacional da Região de Joinville – UNIVILLE e executada, além da própria proponente, na Universidade do Estado de Santa e na Associação Catarinense de Ensino, como co-participantes, todas da cidade de Joinville, sob coordenação do responsável principal Jelson Budal Schmidt e com participação de Sônia Maria Ribeiro. Trata-se de um estudo qualitativo realizado por meio de entrevistas aplicadas a professores e questionários aplicados a estudantes e intérpretes. O estudo possui orçamento financiado com recursos do próprio pesquisador e é compatível com o delineamento de pesquisa adotado. O início das coletas de dados com os participantes da pesquisa (n=45) está previsto para 17/10/2016 e o encerramento para 17/11/2016. O estudo tem propósito principal como clínico, originado nas grandes áreas das Ciências Humanas (Área 7), caracterizado como não internacional, sem dispensa do TCLE, sem retenção de amostras para armazenamento em banco, sem uso de fontes secundárias de dados e sem solicitação de sigilo da integra do projeto de pesquisa.</p>												
<b>Objetivo da Pesquisa:</b>												
<p>O estudo tem como objetivo primário compreender como ocorre o processo de ensino e aprendizagem na inclusão do estudante surdo nas instituições de ensino superior no município de Joinville.</p>												
<table border="1"> <tr> <td>Endereço: Av. Madre Benvenutta, 2007</td> <td>CEP: 88.035-001</td> </tr> <tr> <td>Bairro: Itacorubi</td> <td></td> </tr> <tr> <td>UF: SC</td> <td>Município: FLORIANOPOLIS</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (48)3664-8084</td> <td>Fax: (48)3664-8084</td> </tr> <tr> <td></td> <td>E-mail: cepsh.udesc@gmail.com</td> </tr> </table>			Endereço: Av. Madre Benvenutta, 2007	CEP: 88.035-001	Bairro: Itacorubi		UF: SC	Município: FLORIANOPOLIS	Telefone: (48)3664-8084	Fax: (48)3664-8084		E-mail: cepsh.udesc@gmail.com
Endereço: Av. Madre Benvenutta, 2007	CEP: 88.035-001											
Bairro: Itacorubi												
UF: SC	Município: FLORIANOPOLIS											
Telefone: (48)3664-8084	Fax: (48)3664-8084											
	E-mail: cepsh.udesc@gmail.com											
Página 01 de 06												



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.037.844

Já os objetivos secundários buscam identificar como a instituição auxilia o docente na inclusão do estudante surdo na educação superior; investigar como acontece o trabalho docente com a presença do estudante surdo em sala de aula; identificar como se dá o trabalho do intérprete de Libras junto aos estudantes surdos na educação superior; e conhecer os desafios encontrados pelo estudante surdo a partir do seu ingresso no ensino superior.

Com base no exposto, é possível considerar que os objetivos propostos são adequados a uma pesquisa científica e são compatíveis com as opções metodológicas assumidas pelo pesquisador, apesar de estarem apresentados de formas diferentes nos projetos detalhado e básico e no TCLE.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O pesquisador responsável informa que os riscos de participação neste estudo serão mínimos pela possibilidade de possível constrangimento aos participantes, bem como o desconforto referente ao tempo de resposta às entrevistas e questionários. Contudo, o pesquisador informa que caso seja percebido algum incômodo por parte do participante, será oferecido tempo para pausas na aplicação dos instrumentos. Além disto, os participantes serão informados que se caso necessitarem de auxílio psicológico poderão utilizar os serviços prestados pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. O pesquisador responsável informa que os benefícios obtidos com os resultados obtidos da pesquisa poderá contribuir para melhorias no trabalho docente para inclusão do estudante surdo; promover melhorias na prática de interpretação e ainda auxiliar a instituição com informações que contribuam para os avanços que o movimento de inclusão requer para o processo de ensino aprendizagem. Neste sentido, considera-se que a relação riscos e benefícios se encontra adequada para o estudo proposto e merecem ser devidamente realizado pelo seu mérito científico.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Os objetivos são adequados ao protocolo apresentado, mas são informados de maneiras diferentes no campo dos objetivos e do resumo do projeto básico e do projeto detalhado, em relação ao termo de consentimento livre e esclarecido.

Os procedimentos metodológicos não estão suficientemente e adequadamente descritos, quanto à aplicação do TCLE e dos instrumentos para coleta dos dados propriamente dita, neste caso, o contato inicial com os potenciais sujeitos de pesquisa, o local específico de coleta de dados incluindo o ambiente e as condições existentes nas diferentes instituições de ensino superior. Além disto, não são informados se alguns dos alunos que serão investigados podem estar sob a docência de qualquer um dos pesquisadores envolvidos.

Endereço: Av.Madre Benvenutta, 2007

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

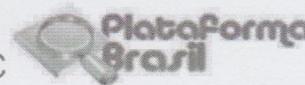
Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-8084

E-mail: cepsh.udesc@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.037.844

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Estão anexados ao protocolo de submissão: PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_794496.pdf  
folha\_rosto.pdf

Termo\_Uso\_Imagem.pdf

Anuencia\_Univille1.jpg

Anuencia\_Univille2.jpg

Anuencia\_ACE.jpg

Anuencia\_UDESC.jpg

TCLE.pdf

Jelson\_projeto\_comite\_de\_etica\_Univille.docx

Com base nestes documentos, pode-se verificar que a Folha de Rosto está preenchida, datada e assinada, contudo, pela coordenadora do curso de mestrado em educação da UNIVILE; o TCLE - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido não se apresenta esteticamente no formato requerido pelo CEPESH/UDESC e resente-se de inúmeros aspectos previstos na Resolução 466/2012/CONEP e suas regulamentações completares, como o processo o contato inicial com os potenciais sujeitos de pesquisa, o local específico de coleta de dados incluindo o ambiente e sua estrutura, as despesas, não remuneração e ressarcimentos garantidos na regulamentação brasileira.

**Recomendações:**

Recomenda-se que por se tratar de pesquisa que envolve estudantes em que os pesquisadores podem vir a ser professores e/ou coordenadores e/ou funções similares de suas turmas, que sejam rigorosamente tomados cuidados adicionais que não importem no estabelecimento de obrigatoriedade tácita de participação na pesquisa aos estudantes envolvidos.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após as análises, foram identificadas as seguintes necessidades:

- 1) Adequação dos objetivos em todos os campos e locais que se aplicarem no projeto básico, no projeto detalhado, e no termo de consentimento livre e esclarecido;
- 2) Descrever detalhadamente em todos os campos e locais que se aplicarem no projeto básico e no projeto detalhado, os procedimentos de aplicação do TCLE e do questionário para coleta dos dados propriamente dita para todos os grupos envolvidos, em especial sobre o contato inicial com os potenciais sujeitos de pesquisa, o local específico de coleta de dados incluindo o ambiente e

**Endereço:** Av. Madre Benvenutta, 2007

**Bairro:** Itacorubi

**CEP:** 88.035-001

**UF:** SC

**Município:** FLORIANOPOLIS

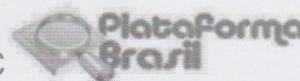
**Telefone:** (48)3664-8084

**Fax:** (48)3664-8084

**E-mail:** cepsh.udesc@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.037.844

sua estrutura;

3) Esclarecer a responsabilidade institucional pela UNIVILLE pela coordenadora do mestrado em educação, curso interessado na execução da pesquisa. No caso da dinâmica institucional da UNIVILLE corroborar este nível de responsabilidade, incluir declaração específica;

4) Esclarecer a responsabilidade institucional pela UDESC – campus Joinville pela Diretora de Extensão. No caso da dinâmica institucional do centro de Joinville corroborar este nível de responsabilidade, incluir declaração específica.

5) Adequar o TCLE quanto ao fornecimento de informações sobre o contato inicial com os potenciais sujeitos de pesquisa, o local específico de coleta de dados incluindo o ambiente e as condições existentes nas diferentes instituições de ensino superior; além de informações sobre despesas, não remuneração e ressarcimentos garantidos na regulamentação brasileira;

6) Esclarecer se haverá ou não a participação de estudantes em que os pesquisadores podem vir a ser professores e/ou coordenadores e/ou funções similares de suas turmas. No caso de isto ocorrer, declarar explicitamente quais serão os cuidados que serão rigorosamente tomados que não importem no estabelecimento de obrigatoriedade tácita de participação na pesquisa aos estudantes envolvidos. Considerando que o protocolo de submissão não pode ser diligenciado eletronicamente nos sistemas da Plataforma Brasil, as inadequações foram informadas pelo CEPESH/UDESC ao pesquisador sugerindo suas correções.

Após o envio das inadequações pelo CEPESH/UDESC, o pesquisador optou por enviar inúmeros documentos ao CEPESH/UDESC, os quais foram incluídos pelo Relator por meio de documento intitulado "Nota\_tecnica\_sobre\_esclarecimentos\_fornecidos\_pelo\_pesquisador\_a\_coparticipante\_udesc", sendo considerados suficientes às adequações identificadas no protocolo de submissão.

Sendo assim, o processo está apto para Aprovação.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

O Colegiado APROVA o Projeto de Pesquisa e informa que, qualquer alteração necessária ao planejamento e desenvolvimento do Protocolo Aprovado ou cronograma final, seja comunicada ao CEPESH via Plataforma Brasil na forma de EMENDA, para análise sendo que para a execução deverá ser aguardada aprovação final do CEPESH. A ocorrência de situações adversas durante a execução da pesquisa deverá ser comunicada imediatamente ao CEPESH via Plataforma Brasil, na forma de

**Endereço:** Av. Madre Benvenutta, 2007

**Bairro:** Itacorubi

**CEP:** 88.035-001

**UF:** SC

**Município:** FLORIANOPOLIS

**Telefone:** (48)3664-8084

**Fax:** (48)3664-8084

**E-mail:** cepsh.udesc@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.037.844

**NOTIFICAÇÃO.** Em não havendo alterações ao Protocolo Aprovado e/ou situações adversas durante a execução, deverá ser encaminhado RELATÓRIO FINAL ao CEPESH via Plataforma Brasil até 60 dias da data final definida no cronograma, para análise e aprovação.

Lembramos ainda, que o participante da pesquisa ou seu representante legal, quando for o caso, bem como o pesquisador responsável, deverão rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_794496.pdf	17/09/2016 00:03:30		Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	17/09/2016 00:02:10	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Termo_Uso_Imagem.pdf	16/09/2016 23:57:52	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Anuencia_Univille2.jpg	16/09/2016 23:56:52	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Anuencia_Univille1.jpg	16/09/2016 23:56:13	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Anuencia_ACE.jpg	16/09/2016 23:55:40	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Outros	Anuencia_Udesc.jpg	16/09/2016 23:54:53	Jelson Budal Schmidt	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/09/2016 15:24:44	Jelson Budal Schmidt	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Jelson_projeto_comite_de_etica_Univille.docx	15/09/2016 15:13:33	Jelson Budal Schmidt	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Av. Madre Benvenuta, 2007

**Bairro:** Itacorubi

**CEP:** 88.035-001

**UF:** SC

**Município:** FLORIANOPOLIS

**Telefone:** (48)3664-8084

**Fax:** (48)3664-8084

**E-mail:** cepsh.udesc@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 2.037.844

FLORIANOPOLIS, 28 de Abril de 2017

---

Assinado por:  
Carla Ivane Ganz Vogel  
(Coordenador)

Endereço: Av. Madre Benvenutta, 2007

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-8084

E-mail: cepsh.udesc@gmail.com

## AUTORIZAÇÃO

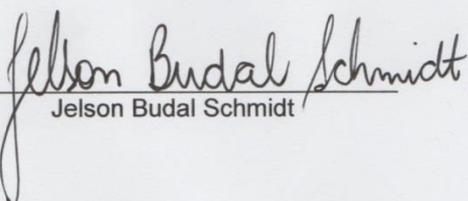
Nome do autor: Jelson Budal Schmidt

RG: 4.712.176-9

Título da Dissertação: **“A pessoa surda na educação superior: compreensões em torno do trabalho docente”.**

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 27 de abril de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Jelson Budal Schmidt